



Anais da Assembléia

N.º 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 009.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1983**

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte (48); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Eduardo Baggio, Gabriel Manoel, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Sabino Campos e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em plenário, do Excelentíssimos Srs. Dirceu Bucco, Prefeito Municipal de Curiúva, Gilberto Agibert Filho, Prefeito Municipal de Prudentópolis, Vereador José Santa Pinto, de Quitandinha, Presidente da Câmara Municipal e do Vereador Jorge da Silva Freitas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:
Mensagens:
MENSAGEM 35/83 Curitiba, 09 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Município	Data da celebração
BOCAIUVA DO SUL	27/08/82
IMBITUVA	15/12/82
REBOUÇAS	27/08/82.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio

texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo..

MENSAGEM 36/83 Curitiba, 09 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos Termos Aditivos firmados em 30 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de BARRA DO JACARÉ, CAMPINA DA LAGOA, CONSELHEIRO MAIRINK, CURIÚVA, ICARAÍMA, JANIÓPOLIS, JUNDIAÍ DO SUL, ORTIGUEIRA, SALTO DO ITARARÉ, SANTA AMÉLIA, SANTA MARIANA e SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 01 de fevereiro de 1982, para execução de PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 37/83 Curitiba, 09 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 01 de fevereiro de 1982, para a execução do PROSAFRAS, nas datas e com os Municípios seguintes:

Município	data da celebração
BOM SUCESSO	29/12/82
BORRÁZÓPOLIS	29/12/82
ITAMBÉ	29/12/82
XAMBRE	07/06/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM 39/83 Curitiba, 09 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos

termos aditivos firmados em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de MARILUZ, TAPIRA e XAMBRE, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 01 de fevereiro de 1982, para a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 39/83 Curitiba, 09 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Orquestra Sinfônica do Paraná - OSINPA, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

A medida ora submetida a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos interesses da Administração e é altamente significativa, eis que virá atender legítimas reivindicações de setores culturais e artísticos do Paraná.

Os objetivos da Entidade em causa têm, como ponto central, o desenvolvimento de uma programação cultural de nível artístico, e de participação popular, além de franquear o mercado de trabalho aos músicos residentes no Estado e de propiciar aos paranaenses a oportunidade de desfrutar de sua própria Orquestra Sinfônica.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

ANTEPROJETO DE LEI

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela passagem do 28.^o aniversário de fundação da Associação dos Motoristas de Táxi do Aeroporto Salgado Filho.

Tal evento se reveste de uma jubilosa significação, tendo em vista que a referida Associação, desde a sua fundação, vem prestando inestimáveis serviços à coletividade de nosso País, não só pela eficiência do seu trabalho, como também na prestação de serviços de utilidade pública, no auxílio às autoridades constituídas e no esmerado atendimento ao setor turístico brasileiro, tão importantes para o nosso desenvolvimento.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Presidente da Associação, na pessoa do Sr. Alcedir Moro.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1982.

(a) ERVIN BONKOSKI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secre-

tário de Transportes, solicitando gestões no sentido de que o Estado construa uma CICLOVIA ligando Paissandu a Maringá.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Paissandu é um município limítrofe de Maringá, distante a sede municipal cerca de 12 quilômetros de Maringá. Muitas são as indústrias de Maringá que estão situadas ao longo da rodovia que liga Maringá a Paissandu, umas até nos limites dos dois municípios.

Centenas de famílias paissanduenses dependem economicamente de Maringá, pois, membros dessas famílias, trabalham nas indústrias maringaenses. Locomovem-se diariamente para essas indústrias, utilizando-se a maioria deles, de bicicletas.

A construção de uma CICLOVIA ligando Paissandu a Maringá hoje é uma necessidade primordial. Pode-se considerar até como prioridade para grande parte dos moradores daqueles municípios.

Os motivos principais dessa prioridade são:

1. A bicicleta é hoje um meio de locomoção necessária e acessível a quem tem pequeno poder aquisitivo;
2. O meio de locomoção entre Paissandu e Maringá, além de caro, é deficiente quanto a horários de trabalho das indústrias maringaenses;
3. A utilização das rodovias pavimentadas, principalmente a que liga Maringá a Umuarama, para os ciclistas é perigo iminente todos os dias, em vista do grande tráfego de veículos automotores, pondo em risco muitas vidas de trabalhadores, principalmente em período noturno, sendo comum a ocorrência de acidentes nessas rodovias;
4. Os acostamentos dessas rodovias estão em péssimo estado de conservação, o que leva ciclistas a utilizarem também o leito principal das rodovias, fatos esses que geram constantemente ceifamento de vida desses trabalhadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental e ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de regozijo pela realização da III Copa do Mundo, iniciada no dia 12 do corrente mês, na cidade de Ponta Grossa.

REQUEIRO ainda, que a Mesa Executiva, dê ciência, por escrito, dos termos do presente requerimento, aos membros da Comissão Organizadora daquela competição amadora.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Pela terceira vez é realizada, em Ponta Grossa, a Copa Mundial de Futebol que tem por finalidade maior a de promover um encontro de confraternização entre os integrantes das diversas colônias que se instalaram na região dos Campos Gerais.

A competição iniciada no dia 12 deste mês, conta com as participações das seleções representativas do Brasil, África do Sul, Holanda, Rússia, Espanha, Alemanha Democrática, Itália, Polônia, Zaire, Alemanha Federal, Portugal, Líbano, Japão e Ucrânia, esta última integrada por esportistas da cidade de Prudentópolis.

Trata-se de uma iniciativa vitoriosa e inédita. Graças a ela, Ponta Grossa tem sido objeto de destaque nos meios esportivos do Brasil.

As seleções são formadas por atletas amadores, muitos veteranos. Descendentes dos mais diversos países provam a participação de todas as raças na batalhada construção de um Brasil forte, democrático e livre.

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, a fim de que o mesmo envie esforços junto ao Ministério dos Transportes e ao Governo do Estado de São Paulo, visando a volta do trem de passageiros entre Maringá e São Paulo.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoio: DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O trem de passageiros ligando Maringá a São Paulo era um meio de transporte que seria à população de menor poder aquisitivo. Por muitos anos, serviu à população do norte do Estado do Paraná, ligando Maringá a São Paulo, e mais tarde, inclusive, Cianorte a São Paulo. Inúmeros municípios do Norte Paranaense eram servidos por esse meio de transportes, que chegou a ser chamado de "TREM DOS POBRES", tendo em vista os preços de suas passagens e a procura feita pelos de menor renda.

Tentativas foram feitas no sentido de que retornasse ao tráfego esse trem-passageiro. Entretanto, não houve maior interesse das autoridades superiores à volta desse meio de transporte de massa, principalmente pobre. Hoje, com a eleição dos Governadores do Paraná e de São Paulo, ambos do PMDB, esperamos que agora seja atendida essa aspiração popular, que não é só de Maringá, mas de todo o Norte do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador eleito, JOSÉ RICHÁ, solicitando-lhe que, imediatamente após a sua posse, em caráter de emergência, proceda a convocação dos Secretários de Estado da Educação, Planejamento e Finanças, com a finalidade especial de inteirar-se, discutir e propor soluções à crise gravíssima em que se debate a Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Ano após ano, Governo após Governo, as obrigações estatais com relação à UEM (2/3 do valor do Orçamento) foram sendo progressivamente não cumpridas, culminando por gerar a dívida atual de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros. No campus universitário, a apreensão ante a perspectiva de um colapso, a todos angustia.

Prejuízos gravíssimos às atividades de ensino, pesquisa e extensão, insegurança quanto ao futuro das instituições, desmoronamento do sonho regional em termos de criação a curto prazo dos acalentados cursos de Medicina e Odontologia, hoje a enferma UEM apenas grita por socorro para tentar sobreviver, em meio a obrigações que só em termos de folha mensal de pagamentos chega à cifra de Cr\$ 293.000.000,00 (duzentos e noventa e três milhões de cruzeiros).

Reitoria, corpo docente, acadêmicos e funcionários, constituindo-se em verdadeira cidade cultural, mas em situação pré-falimentar, não se furtam à austeridade e cooperação em termos de busca e participação integral de planos que visam a recuperação econômico-financeira da UEM, mas permanecem à espera de que novos e melhores rumos possam ser tomados de imediato no universo de relações que envolvem o Governo do Estado e a Comunidade Universitária de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando imediatas providências no sentido de serem liberadas as verbas do PROSAFRAS, aos municípios do Estado do Paraná, referente ao corrente exercício.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) AMÉLIA ALMEIDA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Como é sabido por todos os paranaenses, os municípios deste Estado estão à beira da insolvência, motivo pelo qual, inclusive, já requereu nesta Casa uma CPI que analisará o empobrecimento dos mesmos, dado principalmente às más administrações anteriores, com raras exceções.

Sabemos também que o nosso Estado é profundamente agrícola e colabora para com o País com quase 2/3 da produção de grãos do País, mas dado o estado lastimável de suas estradas não tem podido escoar convenientemente suas produções, motivo que urge a necessidade de se liberar de imediato o PROSAFRA para que os mesmos tornem suas estradas transitáveis e possam escoar sua produção e colaborar com o desenvolvimento deste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, expediente encarecendo a necessidade da construção, com a máxima urgência, do acesso que liga a BR-369, à sede do Município de Ubatã, em trecho de aproximadamente 1.600 metros.

Tal reivindicação se reveste de importância premente para aquela rica região agrícola do nosso Estado e vem sendo o anseio da sua população pelo grande benefício que tal ligação trará ao comércio de Ubatã e cercanias, evitando que nos períodos de safra, face às precipitações pluviométricas, a abundante produção agrícola deixe de ser escoada por falta de melhores condições de acesso às rodovias.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, do editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "AS BARRAS PÚBLICAS NO GOVERNO HOSKEN", o qual anexamos a este requerimento.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão de Parlamentares de ambas as bancadas, com assento nesta Casa, para representar esta Assembléia Legislativa, na instalação da Feira Exposição Agropecuária e Industrial, em Santo Antônio da Platina, dia 19 de março do corrente ano, às 10:00 horas, com cinco (05) membros.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB, respeitosamente, vem comunicar para os devidos fins, à Mesa da Assembléia Legislativa, o Colegiado de Vice-Líderes da Bancada, integrada pelos Srs. Deputados:

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
HERMAS BRANDÃO
FERRARI JÚNIOR
RUBENS BUENO
ROBERTO REQUIÃO

Sala das Sessões, em 14 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

O Sr. Presidente registra a presença, em plenário, de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Jardim Alegre, Alzemiro Francisco Rech, bem como as presenças dos Prefeitos de Pranchita, Jandir Feroldi, Lino Bergami, de Capitão Leônidas Marques, Cícero Barbosa Sobrinho, Boa Vista da Aparecida e dos Vereadores Túlio Zaniewski, de Capitão Leônidas Marques e do Vereador Poloni, de Barracão.

No Pequeno Expediente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaríamos de externar um agradecimento aos nossos companheiros de bancada, do PMDB, e aos nobres companheiros do PDS, por haverem emprestado total apoio e aprovação à nossa iniciativa que visa levantar a situação municipalista do Paraná, de fato, hoje, à beira da falência.

Por esta razão, e porque pretendemos fazer desta tribuna também um local onde o nosso administrador venha externar seus problemas, suas dificuldades, para que em conjunto, Assembléia e administrações municipais, possamos jogar para o povo o debate sobre as graves questões municipalistas que nos rodeiam.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o principal motivo, o principal assunto que pretendemos hoje, vem a ser objeto de considerações dos senhores. Diz respeito à Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Nós, que ainda até há pouco tempo tivemos a honra e a grata satisfação de lecionar naquela Universidade, estamos acompanhando a extrema dificuldade com que a comunidade universitária vem gritando ao Paraná, a sua situação de dificuldade, e porque não dizer, de situação pré-falimentar em que se encontra.

Desassistida, ano após ano, Governo após Governo, hoje, Srs. Deputados, a UEM chegou a uma dívida que ascende à cifra de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros. Na sua fundação, o Governo Estadual se comprometeu à manutenção de 2/3 da despesa, 2/3 do orçamento UEM, sigla com que é conhecida nossa Universidade.

Entretanto, dia após dia, mês após mês, ano após ano, a falta de assistência tem gerado à Universidade de Maringá, uma situação hoje, de fato, insustentável.

Com uma folha de pagamentos na ordem de 233 milhões de cruzeiros, a Universidade não tem como continuar sobrevivendo na atual conjuntura.

É por esta razão que o Conselho Universitário de Maringá, que a Reitoria, que os acadêmicos, em número aproximado de seis mil, estão gritando para que esta Assembléia, juntamente com o Governo que ora se instala, venha a ser local onde encontrar real ressonância à necessidade de vida, à necessidade de prosseguimento, àquela que é a maior, que é a mais importante instituição de ensino de toda aquela vasta região do Paraná.

Mais do que uma escola qualquer, o sul do Mato Grosso, acadêmicos que vêm até mesmo de outros países da América Latina, toda uma região, hoje, vê e sente insegurança pelo quadro lamentável em que se encontra aquela instituição.

Providências imediatas têm que ser tomadas. A pesquisa, o ensino estão sofrendo dificuldades. Toda uma região sonha e sonha com implantação, a curto prazo, de um Curso de Medicina, de um Curso de Odontologia. Enquanto um povo sonha com esta realidade, nós assistimos a explosão daquela que é hoje a maior crise pela qual já passou em sua história, a Universidade Estadual de Maringá.

Srs. Deputados, estamos em nosso requerimento, conclamando o Governador que a partir de amanhã haverá de conduzir os destinos do Paraná, os Secretários das Finanças, Plane-

jamento e Educação, estamos conclamando e pedindo a esta Casa, o necessário respaldo para que uma instituição como é a Universidade maringaense, não venha a ficar irremediavelmente comprometida na consecução dos seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta, mas informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário, dos Prefeitos de Florestópolis, Sr. Márcio Souza, de Cambé, Luiz Carlos Haully, bem como a Presença do Prefeito de Tamboara, Sr. Wilson Gomes Duarte.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna, para registrar dois acontecimentos. O primeiro, registrar o nosso júbilo pela escolha de nosso companheiro, Deputado Federal Maurício Fruet.

Mesmo nós não atingindo os objetivos do nosso Partido, qual fosse ou qual seja, o da eleição direta para a escolha do Prefeito Municipal de Curitiba. E sabendo que Maurício Fruet é Presidente do Comitê Nacional Pró-Autonomia Municipal, onde vem lutando por muitos anos pela autonomia dos municípios hidrominerais, dos municípios de fronteira e dos municípios da Capital.

Maurício Fruet que foi nosso companheiro na última eleição, onde dobramos juntos em muitos dos municípios do Estado do Paraná e onde fomos os mais votados, se credencia com todos os méritos pela sua bagagem legislativa, pela sua experiência técnica funcionando em várias comissões do Congresso Nacional como Vereador, como duas vezes, o Deputado Estadual nesta Casa, como Deputado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é motivo de júbilo para todos nós, porque Maurício Fruet conseguiu não a eleição direta, e esta só seria possível se aprovada fosse a emenda Mauro Benevides. Mas, conseguiu o consenso do nosso Partido; conseguiu quase o consenso de toda a comunidade política de Curitiba. E nós registramos este acontecimento como uma vitória a mais e uma esperança de que teremos um grande Prefeito em nossa Capital.

O segundo assunto, que trago a essa tribuna ao conhecimento do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados, é a constituição da Associação Comunitária dos Balneários de Paranaíba — ACOPAR, associação constituída de proprietários de imóveis nesses balneários. Fazem parte os balneários de: Monções, Praia de Leste, Grajaú, Ipanema, Xangri-lá, Atame e Pontal do Sul.

É do conhecimento público que estes balneários estão

completamente abandonados há seis anos; estão inclusive com suas ruas sem qualquer saneamento de água e esgoto e o surto que está grassando, segundo prospecções, de hepatite, provavelmente seja fruto da má conservação destes balneários.

Registramos a grande assembléia que vai acontecer hoje por parte desta Associação, onde serão eleitos os membros da primeira Diretoria, o conselho fiscal e a ratificação dos nomes dos componentes comunitários.

É relevante para todos nós, a formação de associações com interesse comum de uma parcela da comunidade do povo de Curitiba, do Paraná e, muito especialmente, desses balneários.

Era o que tinha a registrar nesta oportunidade em que ocupamos a tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Costa. (Declina). Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o nosso Partido nesta Casa institui uma Comissão Parlamentar proposta pelo Companheiro Tadeu Feança, para analisar os problemas dos municípios do Paraná, usamos o Pequeno Expediente quando voltaremos sem dúvida alguma em outras oportunidades, trazendo o enfoque da situação dos municípios paranaenses, porque procuramos, normalmente, dizer que a centralização de rendas do Governo Federal é responsável pela falência dos municípios.

Mas, é importante que esta CPI, além de analisar a concentração de rendas do Governo Federal, faça também uma análise da aplicação das rendas dentro dos municípios, através dos Prefeitos que, deixando suas funções, deixam os municípios sem condição alguma de sobrevivência e com dificuldades econômicas intransponíveis.

Vejam, Srs. Deputados, a situação do Município de Capitão Leônidas Marques em que o Prefeito Assis Zeni, no dia 27 de janeiro deste ano, venceu, sem concorrência e sem autorização todos os veículos que a Prefeitura possuía, entregando ao novo Prefeito eleito pelo nosso Partido, uma prefeitura sem um carro sequer para que o Prefeito pudesse usar.

E vendeu, senhores, na seguinte forma: uma Pick-Up, ano 76, por 25 mil cruzeiros; um Fiat 77, por 125 mil cruzeiros; um Fiat 79, por 325 mil cruzeiros; um Opala Comodoro, 81, por 700 mil cruzeiros. E a Prefeitura ficou sem um único veículo para poder atender as necessidades do seu município.

Hoje Capitão Leônidas Marques necessita, através da boa vontade daqueles que querem ver aquele município crescer, emprestarem veículos para a Prefeitura poder visitar o Interior, poder chegar nas escolas, poder fazer vistorias nos bueiros, nas pontes, nas estradas, porque a má fé, a incompetência e a maldade fez com que o Prefeito, na hora de sair, esvaziasse a possibilidade de uma administração.

Mas, vai mais longe, meu companheiro Anibelli. Temos uma relação do Banco do Estado do Paraná, onde vinte procurações estão empenhadas comprometendo todo o futuro orçamento daquele município. Temos uma correspondência desse mesmo banco, dizendo ao Sr. Prefeito que o ICM do dia 10 de março veio de Cr\$ 2.952.895,00, todo ele descontado com as procurações seguintes: descreve quatro, das vinte. Dezesseis não puderam ser descontadas; e termina este ofício ao Prefeito, da forma mais triste possível para um administrador, perfazendo o total de nosso ICM, em Cr\$ 2.952.895,00, não sobrando sequer um centavo para essa municipalidade.

Ora, senhores, a falência dos municípios do Estado do Paraná, deve muito, para a concentração de renda do Governo Federal. Mas, deve muito também, para a incompetência, para

a má fé e para a falta de honestidade dos prefeitos que fizeram das suas prefeituras uma entidade particular, manuseando como quiseram e da forma como quiseram, o dinheiro do povo, comprometendo o futuro dos municípios; nós deveríamos pensar e os Prefeitos deveriam saber que as administrações passam e que os municípios ficam; deveríamos ter o senso de responsabilidade, para sabermos que o Prefeito é unicamente o administrador do dinheiro público, saído do imposto sofrido, do homem que trabalha.

Por isto, esta CPI instituída pelo PMDB, por iniciativa do Companheiro Tadeu França, haveremos de buscar nos municípios todos, os dados que possam mostrar aos Prefeitos que saíram, as coisas que fizeram e que seja um alerta aos Prefeitos que estão entrando para que saibam que os municípios não lhes pertencem, mas é acima de tudo, do povo que nele trabalha.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No Pequeno Expediente ainda, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi preciso que muitos anos se passassem, que o verdadeiro político fosse eleito Governador do Paraná, para que a classe política voltasse a ser prestigiada e voltasse ao seu devido lugar.

Lembro-me do primeiro prefeito eleito de Curitiba, indistintamente, que foi Omar Sabbag; que pouca política fez, dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba. Mas, lembro-me também que a partir de 1970, com Haroldo Leon Peres, começou o mito de Jaime Lerner. Uma obra de Leon Peres, deixada por muitos anos, para a cidade de Curitiba. Começava a Era do Técnico, em nossa Capital.

Veio posteriormente o Sr. Saul Raiz, e voltou novamente o Sr. Jaime Lerner. Prefeitos que conjugaram o verbo "corromper" em todos os tempos. Prefeitos que desrespeitaram a população, porque não foram eleitos por essa mesma população de Curitiba. Mas, felizmente, Srs. Deputados, a classe política volta a ser respeitada com a indicação, ainda que não seja pelo voto direto do povo, que seria o melhor, que seria o ideal e o correto. Mas, a indicação de Maurício Fruet, leva para a Prefeitura Municipal de Curitiba, quase oitenta mil votos da nossa cidade e 142 mil votos de paranaenses.

Quero até crer, Srs. Deputados do Partido do Governo, que se nos anos anteriores, quando os técnicos que arruinaram não só Curitiba, embelezaram-na também, porque não, mas abandonaram seus bairros, abandonando o interesse social da população.

Se o Governo tivesse, naquela ocasião, procurado um político, um homem com cheiro de voto, homem que palmilhasse rua por rua, casa por casa, bairro por bairro, atrás do voto, a situação talvez fosse diferente.

Não que os Srs. do Governo não tivessem Deputados à altura para assumir a Prefeitura de Curitiba, e permito-me até dizer, se tivéssemos um homem que foi Vereador e que foi Deputado, na Prefeitura Municipal, nos anos anteriores, as obras que aí estão, suntuosas e suntuárias, poderiam ser feitas mas tenho certeza que povo teria mais acesso à Prefeitura Municipal. Erondy Silvério foi Vereador, é Deputado Estadual. Talvez se tivesse sido Prefeito de Curitiba a situação do Governo, hoje, fosse outra. Não teria uma derrota acachapante como aconteceu nesta última eleição.

Mas hoje, o PMDB é que é vitorioso, não é o PDS que é derrotado; a população curitibana se sente vitoriosa; a classe política, independente de partido, Sr. Presidente, sente-se honrada, dignificada e vitoriosa, porque não dizer, com a indicação sábia e inteligente do futuro Governador do Paraná, Sr. José Richa, ao indicar para a apreciação desta Casa de Leis o

nome de Maurício Fruet para assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Espero que seja a última indicação indireta; e espero também, que muito breve, um político assuma o lugar que será a partir de poucos dias, de Maurício Fruet, mas assuma através do voto popular, através do respeito que a população tão bem merece e através do voto.

A população é sábia para escolher o que é melhor.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença em plenário, do Sr. Vereador por Paranavaí, Willi Brandalisi.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna, para, lamentavelmente, trazer aqui uma denúncia que não se esgota nas questões partidárias, mas que diz respeito à própria sobrevivência da sociedade organizada.

Venho constrangido; o meu estado, é estado de luto. Falo, com certeza, em nome da sociedade pontagrossense, como um todo, que foi desgraciadamente na quinta-feira próxima passada, vitimada por um ato de violência, em que perdeu a vida o cidadão exemplar, comerciante e industrial, Orlando Hennenberg, membro de tradicional família pontagrossense.

Foi esse cidadão ferido na dignidade da sua casa, violentada pelo “amigo da noite”, que usurpando as condições de segurança e da propriedade, invadiu a residência do Sr. Orlando Hennenberg e o assassinou diante de sua esposa e sua filha.

Vejam bem, Srs. Deputados, estamos diante de uma situação que se sobrepõe ao problema de Partido. É, indiscutivelmente, numa sociedade que se desorganiza e se desajusta, um dos graves problemas e que merece a atenção e a denúncia, de tantos quantos tenham a sensibilidade, de que o bem comum é indispensável na preservação dessa mesma sociedade.

O Sr. Orlando Hennenberg, teve a “visita” desse ladrão na madrugada, que não se bastou apenas em levar seus bens materiais, mas também ao tentar agredir a filha deste ilustre pontagrossense, que teve a pronta reação de pai que, baleado pela segunda vez, caiu sem vida diante dela e de sua esposa.

Este ato de violência individual e coletivo e que não se esgota apenas no desfazimento de um cidadão trabalhador, vai além de atingir sua família, e transborda a sociedade global, faz de mim, neste instante, e com certeza recebe o aval e testemunho dos meus dois companheiros, Deputados Ademar Luiz Costa e Djalma de Almeida César, que como eu integram a sociedade pontagrossense, que, temos uma pedida para que se faça alguma coisa no sentido de se atenuar essas graves complicações sociais que estão muito contribuindo para a desorganização da sociedade como um todo.

Vejam bem, Srs. Ponta Grossa tem a sede da Décima Terceira Subdivisão Policial, composta de quatro distritos policiais, totaliza esta Subdivisão, uma área de jurisdição de nove municípios. a Sede e os quatro Distritos estão sendo dirigidos na forma da lei, por profissional habilitado.

Conheço cada um desses profissionais e quero aqui, antes de qualquer coisa, destacar o trabalho do Delegado Hildebrando de Souza e dos Delegados Distritais, Homero Roberto Cabufre, Volnei Tifes, Paulo Viniqui e Waldemar Crispim. Todos eles com suas famílias constituídas e residindo em Ponta Grossa.

Esses quatro últimos, ex-alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vêm desenvolvendo um trabalho no sentido de apurar os fatos denunciados. Mas, lamentavelmente, Srs. Deputados, com apenas quatorze agentes policiais, não é possível se esperar outro resultado que não seja a existência, a ocorrência de mais um crime insolúvel.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta e informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desta Casa, muitos Deputados do PMDB sempre foram rotulados de radicais, de vermelhinhos, de representantes do povo; pelo menos na última legislatura. Determinados Deputados da antiga ARENA, hoje PDS, nunca chegaram a entender a posição nossa e de outros companheiros, como hoje Prefeito de Arapongas, Waldyr Pugliesi. Posição essa, de muita independência e de extrema identificação popular.

Quem sempre viveu à sombra de benesses do poder, de espinha curvada pelo servilismo e subserviência, não pode, evidentemente, aceitar e entender tais posições.

Mas não mudaremos o nosso discurso, não mudaremos o nosso comportamento crítico, não mudaremos a nossa linha de ação e de atuação.

No contexto geral, continuaremos Oposição.

Ja dizíamos durante a campanha, ao longo dos comícios, que a vitória de José Richa não é estação de chegada, a sim, a estação de baldeação. A luta maior continua acesa, viva, que é a luta pela conquista pela verdadeira democracia; luta pela conquista social, pelas prerrogativas, e pelo fim do autoritarismo, este identificado de forma clara, na Lei de Segurança Nacional.

O nosso linguajar nesta Casa sempre foi e será contundente, corajoso, ácido, áspero, pois é esse o linguajar do nosso povo, da nossa gente. Gente sofrida, vilipendiada, aviltada, assaltada nos seus mais legítimos direitos, e que sofre as consequências maléficas do golpe militar de 1964, golpe este que transformou essa Nação numa ilha de insegurança, de intranquilidade e de miséria absolutas.

Se a nossa fala é rude, é porque o cotidiano do nosso trabalhador também o é. E nesta tribuna, representamos uma parcela de votos de um povo marginalizado, de um povo carente, de um povo órfão.

O regime que aí está, é o regime antes de tudo, anti-cristão, anti-nacional, que governa de costas para o povo, insensível aos apelos e clamores, insensível ao grito de dor, ao desespero, à fome, à mortalidade infantil. E por falar em mortalidade infantil, segundo levantamento da UNICEF, morrem no Brasil mil crianças por dia, de subnutrição crônica. É um dado oficial da UNICEF, que infelizmente o povo brasileiro não tem acesso pelos meios de divulgação, porque não há interesse do Governo em revelar estas vergonhas, neste País.

Aqui existe também, nesta grande Nação, quarenta mil desempregados e subempregados, quarenta milhões, digo, e mais quarenta milhões de irmãos nossos brasileiros, que nunca conheceram a benfeitoria da rede de esgoto, da água e da luz. Vivem em condições subumanas. Continuaremos Oposição, sim. Oposição a esta auto-afirmação de uma pseudo democracia, neste País, que quer nos impingir o aval da abertura política. Essa democracia que os homens do Planalto tentam impor, não aceitamos.

Democracia são direitos respeitados, onde inexiste ameaças veladas e diretas de Ministros e de Generais. Numa democracia o Presidente não usa farda. Democracia não se coaduna com atos de repressão, com liberdade vigiada, com prisões de jornalistas, com a expulsão de padres, com entreguismo, com corrupção deslavada, com escândalos que o País conhece, tipo CAPEMI, TUCURUI, BNH, DELFIN, RIOCENTRO, FMI, máxi-desvalorização, para citar os de maior IBOPE.

Esta grande Nação está acordando, porque o efeito da

anestesia está passando. Eleições diretas para a Presidência em 1984, candidatos civis disputando o pleito. As Forças Armadas exercendo suas funções específicas nos aviões, navios e quartéis.

Defendo também esta tese, mas estas palavras não são minhas. Esta é a tese do Almirante de Esquadra, Júlio de Sá Bierrenbach, Ministro do Supremo Tribunal Militar, que considera encerrado o ciclo dos militares-Presidentes, a partir de 1985, neste País, apontando como o último integramente necessário deste ciclo, o ex-Chefe do SNI, General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

E disse mais, Rierrenbach: "A própria revolução está se tornando um ônus para as Forças Armadas". Esta posição do Almirante não é nova. Ele já se manifestara há cinco anos, em 1967, através do jornal "O Estado de São Paulo", de 28 de novembro de 1982. E ele completava: "Para dizermos que vivemos numa democracia ampla, precisamos de eleições para a Presidência e para as Capitais". E outros vieram nas águas de Bierrenbach, como há dias os jornais divulgaram a posição, também, do Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, e achando que o ciclo militar acabou; deve acabar.

Somos e continuamos Oposição neste Parlamento.

Estaremos fiscalizando os atos do Executivo, do nosso Governador José Richa, como continuaremos combatendo o que resta da oligarquia "neysta" que "desbragadamente" se omitiu e permitiu que o Paraná se esvaziasse social e economicamente.

O "neysmo" praticamente foi enterrado pela vontade popular, mas a sua herança é muito triste e haverá de refletir nas próximas eleições.

O Paraná viveu uma página negra, mas hoje, está livre daquele mau espírito transfigurado em anjo.

O povo foi o açoite do tempo que expulsou a figura nefasta, mas seus tentáculos ainda estão vivos, infelizmente, tentando implantar neste Estado do Paraná um poder paralelo.

Excelentíssimas Senhoras, Srs. Deputados e Sr. Presidente, o tema principal destas minhas considerações é sobre a manobra já articulada em Brasília, de se criar um poder paralelo, aqui no Paraná, pois venho observando a preocupação da área de segurança nacional em se reunir com o Ministro da Justiça para estabelecer diretrizes em suas administrações, como se o Paraná não tivesse um Governo eleito e constituído legitimamente, com eleições diretas, neste Estado.

Por que é que o Sr. Ministro da Justiça não se preocupa com eleições diretas para esses municípios de Segurança Nacional, ao invés de incentivar o paralelismo do Governo? Onde está a autoridade do Sr. Ministro da Justiça, que não cumpre a lei, quando sabemos que, inúmeros processos foram encaminhados contra Prefeitos da Área de Segurança Nacional por prática de corrupção?

E Medianeira, parece-me um exemplo muito típico. E muitos outros. E, para abordar este assunto, peço licença aos meus Companheiros, Deputados que representam de forma digna aquela área, e que, oportunamente, deverão abordar com maiores detalhes este assunto.

A verdade é que, dirigentes do PDS e os Prefeitos daquela área estiveram com o Ministro da Justiça e que, desse encontro, ficou acertado que os Prefeitos continuarão nos cargos, e o que é pior, a chamada área de segurança nacional terá atuação independente. E, pasmem os senhores, com liberação de recurso através da Usina de Itaipu.

Pelo menos é esta a notícia que nos chega de Brasília.

Está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o resultado e tantos anos de prepotência, de arbítrios, de absurdos, desmandos e anarquismos. Estão querendo manobrar aquele setor do nosso Estado, através de setores do Governo Federal criando, na realidade, um poder paralelo.

Faremos desta trincheira, uma trincheira de luta, para denunciar fatos como este, e não permitiremos que se aviltem

os direitos de milhares de eleitores que escolheram José Richa para ser o Governador deste Estado.

Ao se confirmar esta trama, esta Casa precisa se levantar. Será que teremos dois Governos, no Paraná? Não basta o mal que Itaipu já causou ao nosso Estado? Uma obra que não vai beneficiar em nada o Estado do Paraná? Ao contrário, só nos causou prejuízos irreparáveis, pois perdemos 11.332 hectares de terras agricultáveis, as melhores do País, além da perda de 200.000 toneladas de produtos agrícolas, fora os 42.000 agricultores expulsos de lá e que tiveram que procurar outros Estados, sem falarmos no desequilíbrio ecológico e climático.

Não bastasse Itaipu não ser uma obra de engenharia, pois é uma obra militar. Não bastasse a maior corrupção da América Latina, que jorra nas águas de Itaipu, pois a Binacional não precisa prestar contas a ninguém. Itaipu é hoje, sem dúvida alguma, o maior centro de corrupção da América Latina. E quer constituir neste Estado também um poder paralelo.

Vejam por exemplo, as enchentes, para ficarmos em Itaipu: de quem a responsabilidade maior das enchentes? Da Usina de Itaipu. Muito embora a grande imprensa tenha medo de afirmar isso. É uma lei muito simples e muito natural: se um recipiente está muito cheio e nele se tenta colocar mais água, é evidente que ele irá transbordar.

Mas, o que nos parece realmente muito sério, é a notícia de que a Usina de Itaipu poderá se constituir no Governo paralelo, amparando, orientando os Prefeitos da Área de Segurança Nacional, inclusive com liberação de recursos. Se a notícia realmente for confirmada, esse Parlamento terá que tomar uma posição.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Deputado, Vossa Excelência está de parabéns, e gostaria de confirmar tudo o que Vossa Excelência fala desta tribuna, que aliás está ilustrando com dados concretos.

Esse poder paralelo nesses municípios de Área de Segurança Nacional sempre existiu, Deputado Fiori Luiz, e agora, mais do que nunca, desavergonhadamente, imoralmente, esses homens que perderam as eleições em todos os municípios de Área de Segurança Nacional, num desrespeito, numa afronta ao povo, pretendem continuar desmandando e desgobernando esses municípios, e com relação ao poder paralelo, cito aqui umas frases que foram proferidas pelo próprio interventor, Coronel Clóvis Cunha Viana, de Foz do Iguaçu, que teve a audácia de ir na rádio para dizer para todos os iguaçuenses que ele não sairia de Foz do Iguaçu porque ele era um soldado, e como soldado tinha que obedecer ao seu superior, que é o General Costa Cavalcanti, que lhe pediu para permanecer no cargo, em Foz do Iguaçu.

Isso nos entristeceu muito mais ainda, Deputado Fiori Luiz, isso nos revoltou, porque julguei nessas frases uma verdadeira falta de caráter, uma intromissão de pessoas que nada têm a ver com a administração de Foz do Iguaçu, mas que, no entanto, valem-se de poderes espúrios e da proteção de militares, que nada têm a ver com a cidade de Foz do Iguaçu, para ali segurar esses protegidos no cargo de Prefeito de Foz do Iguaçu.

Era isso o que eu tinha a dizer, Deputado Fiori Luiz. Endosso todas as suas palavras.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço a colaboração do Deputado Sérgio Spada, que representa o PMDB na região de Foz do Iguaçu, e com satisfação cedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque, que representa na região os interesses do PDS.

O Sr. Tércio Albuquerque — Muito obrigado, Deputado Fiori Luiz.

Não represento apenas o interesse do PDS, mas sim do povo que me reconduziu a esta Casa.

Deputado Fiori Luiz, é com atenção que estou acompanhando o seu pronunciamento, que se refere em especial à Área de Segurança Nacional e à Hidrelétrica de Itaipu.

Gostaria que Vossa Excelência me apresentasse ou comprovasse essa notícia de que a Itaipu Binacional seria uma repassadora de recursos, como se fosse um governo paralelo ou uma nova administração na minha região.

O SR. FIORI LUIZ — Vossa Excelência, como companheiro do General Costa Cavalcanti, deveria ter informações mais detalhadas a esse respeito.

O Sr. Tércio Albuquerque — Gostaria que Vossa Excelência comprovasse, porque falar é muito fácil, porque Vossa Excelência que esteve acompanhando uma comitiva de Srs. Deputados em Foz do Iguaçu, quando fomos convidados para visitar a hidrelétrica e ouvir uma palestra do General Costa Cavalcanti que inclusive Vossa Excelência participou do debate e sabe que a Itaipu Binacional, juridicamente, é constituída por dois países: o Brasil e o Paraguai, e que a Itaipu Binacional não tem condições de repassar recursos aos municípios. Para isto existe um órgão a nível nacional e recursos para a Região Sul, que é a SUDESUL e que vem passando recursos para a Região Oeste do Paraná, como para outros municípios do nosso Estado.

Esta notícia que Vossa Excelência traz à Casa não é verdadeira. Não quero com isso dizer que Vossa Excelência está mentindo, porque sempre o respeitei como um digno representante da Região Norte nesta Casa, mas não há fundamento algum, enquanto que Vossa Excelência também falou que houve um encontro com o Ministro da Justiça e este afirmara que os prefeitos de Área de Segurança Nacional não sairiam do cargo, que também não é concreta esta notícia.

O Ministro da Justiça tem afirmado que as nomeações de prefeitos em Área de Segurança Nacional, são em forma de lista tríplice, indicada pelo Sr. Governador do Estado, que o Presidente da República aceitará ou não, se os indicados também forem de sua confiança. Isso está prescrito num decreto que foi baixado a menos de um ano atrás, e Vossa Excelência sabe disso.

Portanto, a Itaipu Binacional, Deputado Fiori Luiz, merece elogios pela sua grande construção, merece também críticas por problemas sociais gerados na nossa região, especificamente do Sérgio Spada, minha e do Fonseca. Mas há de se convir que a Itaipu Binacional também tem beneficiado os municípios da Área de Segurança Nacional.

Por isso, foi criado o PROMOPAR, um programa especial que distribuiu muitos recursos à minha região e municípios, programa que veio gerir e trazer inúmeros recursos.

Ouvi também, Deputado Fiori Luiz — permita-me mais um segundo ou mais um minuto — o Deputado Sérgio Spada, que é inteligente, brilhante, e que inicia sua carreira política como Deputado nesta Casa, dizer que ouviu uma entrevista do Coronel Clóvis Cunha Viana — Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu — que é uma figura das mais criticadas pela Oposição, há de se convir que críticas que lhe são depositadas, algumas são merecedoras. Mas, se Vossa Excelência fizer uma análise do Município de Foz do Iguaçu, depois da administração de Clóvis Cunha Viana, que recebeu o município sem infraestrutura para receber a superpopulação que adveio àquele município pela obra da construção da Hidrelétrica de Itaipu, maioria despreparada, desqualificada que lá chegou, sem recursos, sem condições de sobrevivência sequer, sem preparo para conseguir um emprego. E nós estamos numa Foz do Iguaçu modificada, remodelada e bem construída.

Deputado Fiori Luiz, muito obrigado pelo aparte que

Vossa Excelência me concedeu, e a paciência de me ouvir.
O SR. FIORI LUIZ — Agradeço, nobre Deputado Tércio Albuquerque. Concedo aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Fiori Luiz, parabênizo-me e de fato Vossa Excelência tem razão quando diz que Costa Cavalcanti está querendo um governo paralelo dentro do Paraná. E não só digo como confirmo, porque acho muito estranho que a construção de uma rodovia, agora Itaipu está obrigada a construir porque destruiu as existentes, de repente seja gerido por um Prefeito Municipal de Área de Segurança Nacional e não mais através do DER, como era costume. Uma mudança que ocorreu agora às vésperas, antes de José Richa assumir.

Tenho em mãos, cartas do Diretor Geral do DER, aliás, do Secretário de Transportes, transferindo à Prefeitura de Misal gerir os recursos e administrar a construção de uma rodovia que importa em mais de dois milhões de cruzeiros.

E eu pergunto: qual é a estrutura básica que tem uma prefeitura dessas para poder gerir esse capital? Realmente é muito estranho isso. Isso vem comprovar a verdadeira intenção de Costa Cavalcanti, de querer governar através das áreas de segurança nacional, através dos prepostos, através dos prefeitos nomeados, fazendo do Paraná um segundo Paraná, governado por Costa Cavalcanti.

Vossa Excelência tem razão, e eu gostaria de passar às suas mãos, oportunamente, essa carta que chegou às minhas mãos, autorizando ou abrindo mão para gerar os recursos dessa estrada que vai de São Miguel do Iguaçu, que será construída por Itaipu e será administrada por uma prefeitura, por um prefeito nomeado que não recebeu voto para gerir estes recursos.

Isto somente para acrescentar e dizer que Vossa Excelência se cobre de razão.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite mais um aparte? — (Assentimento).

A gente gosta de ouvir o Deputado Gernote Kirinus. Somos Companheiros e sobretudo amigos. Mas o Deputado Gernote Kirinus há de convir comigo que a liberação desta verba da Itaipu Binacional ao DER do nosso Estado — o DER possivelmente repassando aos municípios, não significa que o General Costa Cavalcanti queira um governo paralelo em nosso Estado.

Assim como eu, pensa o futuro Governador José Richa, que esteve em Foz do Iguaçu num encontro com o General Costa Cavalcanti. Um encontro de trabalho, um encontro em benefício do Paraná, e eu acredito que o futuro Governador José Richa tem pensado diferentemente de parcela de seu partido, de não vir atacar, berrantemente, organismo do Governo Federal que pode, com isto, um entrosamento com o futuro Governador José Richa, trazer recursos para o Governo José Richa, para construir um Paraná bem melhor que todos nós, quer do PMDB, quer do PDS, depositamos nossa esperança no Governo de José Richa.

Ele não pensa assim do Costa Cavalcanti, tanto é que conversaram muito, dialogaram e procuraram um entrosamento perfeito para que a ELETROBRÁS carregue recursos para a área de energia elétrica, para que o nosso Estado possa construir a usina que está aí se iniciando, uma construção histórica para o nosso Estado.

O SR. FIORI LUIZ — Não falo em nome do Governador, nobre Deputado. Minha posição é uma, a do Governador é outra.

O Sr. Tércio Albuquerque — Fui bem claro em dizer que o Governador não pensa como parcela do seu partido.

O SR. FIORI LUIZ — Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos encetar uma luta pela moralização da coisa pública, se também não lutássemos para que o exemplo partisse de cima e não de baixo. Por conseguinte, na convivência desta Casa, tenho percebido que não existem apenas funcionários fantasmas, existem também Deputados fantasmas. Entendo a função pública como de responsabilidade pública.

Desejo dizer aos meus Pares que, tão logo terminem as comemorações de posse do Governador e do Secretariado, este Deputado solicitará diariamente, a chamada nominal dos Deputados.

Nada tenho contra suas atividades particulares, mas se para esta Casa foram mandados, foram enviados pelo povo, é para trabalhar em benefício do povo. Não podemos permitir, nem compactuar com o silêncio, sendo conivente com a preguiça e a imoralidade que precisa ser, neste Paraná e neste Brasil modificada.

A dignidade da coisa pública é muito séria e o Deputado deve ser o exemplo. Por conseguinte, já iniciei em praça pública o combate aos funcionários fantasmas.

Começo, desta tribuna, o combate aos Deputados fantasmas. Ou seremos sérios para ser respeitados, ou teremos mais vergonha de enfrentar nossos eleitores na hora de voltar a eles para pedir novamente o voto.

Espero que tenha chegado ao fim o período de corrupção e mentiras, e safadezas públicas. Espero que tenhamos com esta eleição democrática de 15 de novembro, começado uma nova trajetória, uma caminhada onde o povo haverá de ser a figura maior, onde o povo haverá de ter sempre o respeito dos seus defensores que aqui vieram mandados através dos votos.

Desta tribuna, de onde já fiz tantas denúncias, também quero obter o prazer de estender a mão a um parabéns amigo ao ilustre Líder do PDS e dizer a ele, muito obrigado, Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Vossa Excelência, com sua atitude decente e honesta, colaborou para que depois de 18 anos neste País, onde a corrupção se implantou e se instaurou num beneplácito de impunidade, pela primeira vez eu posso exibir a esta Casa o documento de exoneração de dois corruptos por nós denunciados desta tribuna, e sei que o ilustre Deputado do PDS para isto contribuiu.

Por isso a minha mão estendida no meu muito obrigado, mas um obrigado também à Comissão de Sindicância da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que num prazo rápido de 48 horas, comprovou todas as denúncias por nós formuladas e a eles estendo o meu agradecimento e o meu aplauso, Dr. Rubens Moura, que presidiu a Comissão de Sindicância, Dr. José Antônio Peres Gediel e Dr. Arésio Ciqueira Machado, foram os três membros que constituíram esta Comissão de Sindicância e comprovou a corrupção do Sr. Oscar Ferreira Alves e do engenheiro Joair Pinheiro, hoje os dois exonerados da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

Isto, senhores, prova o que dizíamos, de que neste País foi instaurado o regime de impunidade do roubo, quando o Deputado do PDS nos pedia provas, hoje trazemos a prova conclusiva.

É pena, meus senhores, que não possamos ir de frente contra a corrupção maior.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALENCAR FURTADO — Tão logo, ilustre Companheiro.

É pena que não possamos ir de frente contra os corruptores maiores desta Nação que, apadrinhados pela prepotência

e pelo despotismo, fizeram desta Nação a "casa da sogra".

É pena que hoje tenhamos a comandar os destinos desta Nação, um homem repudiado pela Pátria brasileira. Um homem que foi agraciado com a Embaixada da França, quando deveria ter sido agraciado com as grades do presídio.

Senhores, é lamentável que o povo não possa derrubar o Ministro do Planejamento. É lamentável e esta Nação impedida de ouvir a voz e os clamores da verdade, não tenha podido transformar de uma vez por todas os destinos da Pátria brasileira.

É lamentável que tenhamos que conviver com uma Nação falida e com um Ministro do Planejamento prestigiado nesta falência.

É lamentável, Companheiros, Srs. Deputados, esperança de um povo angustiado, esperança de um povo que já não tem mais como canalizar as suas angústias, os seus sofrimentos, as suas dores, a sua necessidade de progressão social e de melhoria de vida.

Senhores, veio do meio do povo. Eu sou o povo e por isto mesmo o meu clamor é sincero e destemido, para dizer a todos os senhores que temos que mudar esta trajetória de molecagem, de brincadeira, que toda vida se instaurou neste Parlamento, inclusive, Temos que olhar a coisa pública como uma coisa muito séria, porque o povo deposita no Deputado muita esperança, talvez a sua última esperança, de um dia poder melhorar a sua própria existência.

A situação de desemprego, a situação de subempregos, e a situação calamitosa inclusive, revive o funcionário da própria Assembléia Legislativa, meu Deus do céu, com 20 anos de serviço a perceber um salário de 40 a 50 mil cruzeiros. Isso é uma vergonha para nós, Deputados. Se os nossos assessores, se os nossos colaboradores vivem miseravelmente, como é que podemos nós viver na grandeza da opulência, com um salário de um milhão e duzentos mil cruzeiros, sem fazer jus a este salário, Srs. Deputados.

Por isso a minha luta contra o Deputado fantasma. Somos muito bem pagos e regamente pagos pelo povo, mas é para trabalhar por ele. É para trabalhar pela sociedade, não para ficarmos despreparados das picaretagens; há que um receita que se optar, só daqui há quatro anos voltar ao interior para roubar o voto do cidadão desinformado.

Senhores, o povo não espera que sejamos bonzinhos um para com os outros. E não vim a este Parlamento para fazer amizades. Vim para travar uma luta, uma luta muito séria a favor do oprimido, do povo, do bóia-fria, que todo mundo se propunha, vai e se engrandece na colocação do problema do homem do campo. Mas, de prático, realmente, não estamos fazendo nada. E temos que resolver o problema do bóia-fria, isto é um compromisso social, é um compromisso de humanidade de nós para conosco mesmo. Temos que acabar de uma vez por todas com esta preguiça mental. Quantos companheiros às vezes até me censuram por vir diariamente a esta tribuna, mas foi por isto que eu lutei, Srs. Companheiros, e lutei por esta tribuna para falar em nome do povo.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) O tempo que a Liderança lhe concedeu está esgotado. Consulto a liderança do PMDB se posso ampliar o tempo do Deputado que está na tribuna.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Alencar Furtado, eu agradeço a referência que Vossa Excelência fez a este Parlamentar. Nada mais fiz do que cumprir com a minha obrigação, tão logo Vossa Excelência denunciou o fato desonesto de dois funcionários da Fundação, de quatro funcionários da Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha, eu imediatamente levei ao conhecimento de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado. Naquele momento, nobre Deputado, a bem da verdade, o Dr. Ary de Christian, Diretor Superintendente da Fundação Hospitalar, Professor ilustre, Diretor, ex-Diretor

ou Diretor do Centro de Saúde, da Universidade Católica, já havia tomado conhecimento do fato por outras fontes, e determinou antes mesmo da denúncia de Vossa Excelência e do contato telefônico que o Dr. Hosken de Novaes, Governador do Estado, fez com que Dr. Aryde Christian, determinando abertura de rigoroso inquérito administrativo, sumário inquérito administrativo para a apuração das denúncias que Vossa Excelência fez da tribuna da Casa.

Portanto, este Parlamentar, não em seu nome pessoal, mas em nome da sua bancada, bancada que não compactua um minuto sequer com qualquer atitude de desonestidade de qualquer servidor público, a Bancada do PDS, por meu intermédio, cumpriu apenas com sua missão, e desejamos que o próximo governo, assim também proceda, nobre Deputado Alencar Furtado.

Tão logo tome conhecimento, e esperamos e confiamos que Sua Excelência o futuro Governador do Estado, José Richa possa assim proceder.

Que tão logo tome conhecimento de eventual irregularidade de qualquer servidor público do Estado do Paraná, possa tomar imediatamente as providências cabíveis à semelhança do caso que Vossa Excelência relata ao seu final, hoje com a exoneração dos ocupantes.

Desejo, também, nobre Deputado, fazer apenas mais um colocação. As atitudes de corrupção e de uso indevido do dinheiro público, foram atitudes isoladas. Vossa Excelência, que conhece a máquina administrativa, não há, por exemplo, de querer responsabilizar o Presidente desta Casa, Trajano Bastos, se, eventualmente, sem o conhecimento de Sua Excelência, um funcionário da Assembléia Legislativa, praticar um ato ilícito.

Mas, todos nós, tendo conhecimento de qualquer irregularidade praticada, temos o dever em levá-la ao conhecimento das autoridades competentes. E este Deputado que aparteia Vossa Excelência, teve oportunidade de tomar esta atitude, não só depois do resultado de 15 de novembro mas, antes mesmo, no episódio do afastamento do Superintendente do IPE.

Tive oportunidade de marcar firme e decidida posição contra atitudes irregulares que estavam sendo praticadas naquele ato, o que motivou a demissão do ex-Superintendente do IPE, anterior ao Presidente Ivo Arzua.

Esta é a colocação que faço a Vossa Excelência.

Gostaria, apenas, ainda que rapidamente, dizer a Vossa Excelência que não concordo com o valor que Vossa Excelência atribui aos vencimentos dos salários dos Deputados. Porque, se Vossa Excelência está recebendo um milhão e duzentos mil cruzeiros, Vossa Excelência está recebendo sem saber a destinação que é dada aos recursos pagos aos Deputados estaduais.

Vossa Excelência sabe que nestes recursos estão incluídos: verbas de telefone, verbas de passagens, verbas de transporte e este Deputado que aparteia Vossa Excelência tem usado religiosamente os recursos para o pagamento destas despesas com a função parlamentar.

Se Vossa Excelência está usando de acordo com o seu critério pessoal, este é um problema exclusivamente de Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte do ilustre Líder do PDS, embora discorde profundamente do seu final, talvez porque o nobre Deputado esteja acostumado a fazer fantasia com a verdade. A minha verdade é nua, crua e direta. Não romancio a verdade.

O uso desse dinheiro é de exclusiva competência do Deputado, e não iria imiscuir-me na administração do bem particular de qualquer companheiro ou de qualquer Deputado.

E eu digo, Sr. Deputado, Líder do PDS, é de que esta Casa, até hoje, desde a sua abertura, da instalação desta Legislatura, pelo menos aos meus olhos, não compareceram determinados Deputados e, ao final do mês, recebem todas estas verbas sem trabalhar para o povo, sem justificar a sua presença como

Deputado Estadual. Eu não quero saber o que o Sr. faz do seu dinheiro; o seu dinheiro é seu, faça dele o melhor uso que Vossa Excelência puder fazer.

O que eu estou cobrando e vou cobrar diretamente desta Casa, que é de todos nós, é que nós vamos acabar com esta malandragem do camarada receber sem trabalhar. É Deputado e é funcionário, todos são iguais.

O que acontece é o seguinte, Sr. Deputado: o Sr. vai ao interior e vai encontrar uma juventude inteira precisando de emprego, precisando de trabalho, enquanto tem uma meia dúzia de apaniguados ganhando uma fortuna sem trabalhar. É contra isso que eu me levanto e vou me levantar sempre, porque eu, muitas vezes fiquei desempregado, e sei o quanto é duro ficar desempregado, Sr. Deputado. E esta juventude inteira, no Paraná, está aí a precisar, a telefonar, a escrever, a pedir um emprego. Ele quer trabalhar; pede uma bolsa de estudos porque ele não pode pagar o seu colégio.

Enquanto isso, nós estamos sendo culpados pela conivência e pela omissão; nós estamos sendo compactuadores de um quadro que tem que ser transformado porque eu sou muito a favor de que o funcionário público tem que ser bem remunerado e deve sê-lo. Mas, o Deputado, o diretor, o chefe de repartição tem de cobrar dele, de exigir dele o seu trabalho. É isso que nós temos de fazer. Tem que pagar bem para poder cobrar bem. Mas, como podemos exigir de um funcionário se, ao lado, um Deputado recebe, ou de salário ou de ajuda outras, um milhão e duzentos mil cruzeiros por mês, e ele quarenta a cinquenta mil cruzeiros, como é que nós podemos exigir eficiência de um funcionário que está passando fome? Como nós vamos poder fazer isto, se nós não restaurarmos a dignidade do trabalhador do escritório, do banco, do trabalhador da coisa pública, Senhores; nós vamos ter que fazer uma coisa.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Concederia se Vossa Excelência tivesse sido mais breve no anterior, mas Vossa Excelência fez um discurso paralelo. Por conseguinte, eu pretendo ocupar o meu tempo; na seqüência, em explicações pessoais, Vossa Excelência poderá fazer uso da palavra.

Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, ficou provado e comprovado que neste País, durante 18 anos, foi realmente instituída neste País as duas desgraças que eu mencionei aqui de outra vez: o roubo e a impunidade; e é contra isto que eu pretendo me levantar, ao trazer de público estes dois nomes; não quero trazê-los à execração pública, eu quero trazê-los à moralidade pública. O que nós temos de fazer de uma vez por todas, é de não ser mais coniventes de nenhuma forma, de nenhum meio, com a corrupção ou a bandalheira, ou a insensatez do malbarateamento da coisa pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É contra isto, é para que todos os funcionários do Estado do Paraná fiquem sabendo que, nesta tribuna e neste Parlamento, vai ter um Deputado que não coniverá com a omissão, nem pelo silêncio, com a corrupção.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de registrar as presenças ilustres neste plenário, do Sr. ex-Deputado Silvino Lopes, do ex-Deputado Valdir Pugliesi, Prefeito de Arapongas; do Sr. ex-Deputado Federal Borges da Silveira, do Sr. Everaldo Reis da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Abatiá, do Sr. Dimas Leugi, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana e do Sr. Luiz Francisco Ferreira, Vereador em Apucarana.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso dos 10 minutos que lhe restam.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, a Nação foi alertada de uma ocorrência por demais grave, para não deixar de ser registrada numa casa política.

O Presidente da República informou que no Gabinete do Sr. Presidente da República, um aparelho eletrônico de escuta clandestina foi encontrado; e as primeiras notícias dão conta de que o custo desta aparelhagem, sujeito, é evidente a confirmação, mas a primeira notícia é de que estaria na ordem de 200 milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o alto custo e a sofisticação desta aparelhagem, deduzem em muito os autores deste atentado, não contra a pessoa do Sr. João Figueiredo, mas diretamente contra a soberania da Nação brasileira. Só uma potência estrangeira, ou um grupo nacional, de porte financeiro avantajado, teria condições, Sr. Presidente, de patrocinar este tipo, podemos dizer assim, de sabotagem. E por muito menos do que isto, nos Estados Unidos, por muito menos do que isto, nos Estados Unidos, um aparelho de escuta na sede de um partido político, levou um Presidente da República, a cair do seu cargo.

Nós, da Oposição, esperamos que as autoridades federais e principalmente a Presidência da República, vítima primeira desta maquinação, tenha o pulso firme, para revelar à Nação, quem são os autores ou responsáveis deste atentado à soberania da Nação. Não pode este episódio ficar empacotado na penumbra, sem explicações, como outros do Rio Centro, do atentado à Ordem dos Advogados, dos atentados às pessoas físicas e a muitas instituições. Este tem que ser esclarecido devidamente, porque está em jogo, não a disputa interna do poder, está em jogo, não o antagonismo de correntes ideológicas; mas em primeiro alcance objetivamente temos que analisar que está em jogo a soberania nacional; e de que como Nação independente e soberana, não podemos admitir de que sejamos vítimas de espionagem. Num momento grave em que a Nação medita muito se a sua soberania realmente está em suas mãos, como por exemplo, a negociação com o Fundo Monetário Internacional; e agora, Sr. Presidente, a descoberta deste engenho eletrônico, faz com que o povo fique a exigir das nossas autoridades, maiores um rigoroso inquérito, para realmente podermos aplicar a tão decantada "Lei de Segurança Nacional". Porque se existe Lei de Segurança Nacional, este é um caso típico do rigor de uma lei. E não aplicarmos Lei de Segurança Nacional, para mofar na cela como mofa e apodrece aqui, um irmão nosso, um jornalista de Foz do Iguaçu, pelo simples fato de ter tido a coragem de levantar uma crítica a uma autoridade. Quando a vítima é o próprio Presidente da República, é necessário que a Nação lhe dê o apoio, mas que a responsabilidade dele seja muito bem clara, para levar esta investigação até as suas últimas conseqüências. Sob a pena de não corresponder ao alto cargo e à investidura maior de comandante de uma Nação independente. O Brasil tem, neste momento, se se considerar um povo altaneiro e soberano, que descobrir, perfeitamente, os responsáveis e os autores deste atentado, sob pena de o Sr. Presidente da República e toda a comunidade de informação, ficarem como primeiros suspeitos, de uma trama contra a soberania nacional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registramos aqui, em nome da nossa bancada, este episódio. Damos um voto de confiança para que as autoridades responsáveis esclareçam o episódio, mas se não o fizerem, porque não é possível que alguém consiga entrar no Palácio do Governo, área de segurança máxima, coloque um aparelho desses e só o faz porque tem a convicção de alguém internamente. E estão aí outras nações como Inglaterra, Suécia, condenando seus espões internos; e a espionagem é a traição e o apunhalamento pelas costas. Se temos traidores dentro do Palácio do Planalto, que faz o jogo de potências estrangeiras, ou que estão tramando um golpe contra a Presidência da República, é necessário que sejam conhe-

cidos. Um voto de confiança às autoridades, mas, se, num tempo razoável este episódio não for esclarecido e ficar como todos os outros, o caso do Rio-Centro, da Ordem dos Advogados, dos atentados aos órgãos de imprensa, nós viremos aqui, não para darmos o voto de confiança, mas, para darmos o repúdio àqueles que não souberam exercer a soberania nacional!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, por 10 minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno à tribuna, para complementar a minha fala durante o Pequeno Expediente.

Registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a minha cidade vem sofrendo, nos últimos oito meses, um aumento considerável da criminalidade. Se isto é costumeiro, é a marca dos tempos nas diferentes comunas, eu esclareço que, na cidade de Ponta Grossa, até há oito meses atrás, não era comum. Tornou-se comum. E nós começamos a sentir que, atitudes de violência como essa que denunciei, quando não é devidamente corrigida, o sentido de intranquilidade, de insegurança, estende-se a toda a comunidade. E lá é bastante nítida, agora, a manifestação da chamada síndrome da violência social. Porque, vejamos bem os Senhores, a 13.ª Subdivisão Policial, cobrindo uma área, como eu já disse, de nove municípios, com um raio de 80 quilômetros aproximadamente, não tem condições, por falta de equipamentos e por falta de recursos humanos, de atender satisfatoriamente às exigências daquela região. Ponta Grossa, uma cidade universitária e industrial, centro rododiferroviário da maior importância, cidade que ganha as características de metrópole funcional, tem a necessidade de ter, principalmente no suporte policial, uma sustentação que ofereça condições de tranquilidade a uma população que se aproxima, hoje, de 250.000 habitantes.

Esses assaltos à mão-armada que para nós pontagrossenses era matéria apenas de rádio, jornal ou televisão ao mostrarem as misérias do mundo, os vemos agora, com desprazer e com insegurança, vemos a repetição de fatos dessa natureza. O crime cometido contra a família pontagrossense na pessoa do industrial Orlando Lembergue, ganhou conotações marcantes de seriado de TV; o assaltante, com meia vestida ao rosto, saltando janela ao assassinar o comerciante, não se satisfaz, e, inclusive, em manifestações de histeria deu a demonstração inequívoca de que, o agente que mal faz à sociedade, consegue alcançar o seu objetivo e fugir na calada da noite, sem condições de ser capturado!

Vejam bem, Senhores Deputados, que esta questão de violência individual e coletiva merece, de nossa parte, acima de tudo como políticos, que, levemos a manifestação desta Casa às autoridades competentes no plano executivo, a fim de que tenhamos atenuadas, consideravelmente, essas condições lamentáveis que hoje agredem a nossa sociedade!

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Acompanho o pronunciamento de Vossa Excelência, e fico solidário quando Vossa Excelência manifesta o seu pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Lembergue.

Dizia-me Vossa Excelência há pouco, no plenário, que, a Polícia de Ponta Grossa não tem condições materiais de combater o crime. Realmente, eu tenho certeza, ela não possui essas condições, mas tenho certeza que o Governo Richa procurará melhorar essas condições materiais, em Ponta Grossa, mas, quero fazer um reparo: Vossa Excelência elogiou todos os homens da cúpula policial em Ponta Grossa. Discordo quanto ao Dele-

gado Chefe da Subdivisão Policial. Já denunciei durante a campanha eleitoral, de que ele é um corrupto e existem provas disso. Além do mais, ao invés de combater o crime em Ponta Grossa, o que ele fez? Perseguiu os homens do PMDB, inclusive fazendo arbitrária prisão em flagrante de um companheiro nosso.

Fica aqui o meu apoio a Vossa Excelência e tenho a certeza de que o apoio do PMDB quando for para lutarmos por um melhor policiamento para Ponta Grossa, mas discordo da permanência e de elogios ao atual Delegado Chefe que, na realidade, por Ponta Grossa nada fez. Procurou fazer para si e mais ninguém.

Obrigado, Deputado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Eu aceito a observação do nobre

Deputado. Não tenho absolutamente nada a dizer a respeito do seu ponto de vista pessoal, político-partidário, com relação ao Delegado Chefe da 3.^a Subdivisão Policial. A mim, pelo que foi dado a ver e a sentir nos contatos que mantive com essa autoridade policial, sempre esteve ela disposta a acolher as nossas reivindicações e as nossas acusações, mas, acima de tudo, quero que nós nos unamos, Deputado Edmar, no sentido de que Ponta Grossa tenha um suporte policial à altura da sua dimensão como cidade industrial.

Tenho absoluta certeza de que Vossa Excelência, como o Deputado Djalma de Almeida Cesar, tudo farão a fim de que efetivamente o Governo Richa, que, segundo manifestação de Sua Excelência o futuro Governador do Estado, não se perderá em atenções na construção de grandes obras, mas que voltará essas atenções de maneira bem marcante ao atendimento das necessidades básicas paranaenses, mormente no campo da educação, alimentação, segurança, saúde e trabalho. Esperamos, e que Deus abençoe o novo Governador, para que não falte a ele dedicação, esforço e trabalho, a fim de que tenha a sociedade paranaense melhores condições de segurança.

Devo salientar, neste momento, de que espero que desta Casa se levante uma voz em favor da reorganização do aparelho policial, para que tenhamos, mormente agora quando cada vez mais se acentuam as graves preocupações no campo econômico e social, para que isto não extravase a ponto tal, de através da violência, nos levar a um processo rápido de desintegração social. Queira Deus que consigamos todos, homens públicos, políticos ou não políticos, do Legislativo ou do Executivo, do Judiciário e da área militar, conseguir neste Estado do Paraná estabelecer medidas que objetivem diminuir tanto quanto possível, fatos graves desta natureza.

Não tenho dúvida de que a necessidade de providências nesse sentido, de contribuir para o aumento das condições de segurança do indivíduo e do patrimônio, são medidas intransferíveis, medidas imediatas que neste momento se sobrepõem a tantas outras questões que podem, prioritariamente, merecer uma atenção imediata ou a longo prazo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje, é analisar a forma de indicação do próximo prefeito municipal de Curitiba. Antes, entretanto, quero fazer referência ao discurso de Pequeno Expediente do nobre Deputado Caíto Quintana.

Fez Sua Excelência, uma análise de erros ao seu juízo, praticados pelo ex-Prefeito Municipal Assis Ene, de Capitão Leônidas Marques. Digo a Sua Excelência e a esta Casa, eu que tive a feliz oportunidade em representar Capitão Leônidas Marques como Deputado do Governo, nesta Casa, por longos

oito anos e tive a oportunidade de levar algumas obras de vital importância para Capitão Leônidas Marques: como o asfaltamento da estrada Capitão Leônidas Marques-Santa Teresa. E ainda na sexta-feira passada, tive que me ausentar desta Casa para participar da inauguração da ponte sobre o Rio Iguaçu, a maior ponte em concreto armado construída no Estado do Paraná e a maior ponte com vão livre do Brasil. Eu que pude ajudar Capitão Leônidas Marques, levando água a Santa Lúcia, levando sistema de abastecimento d'água a Capitão Leônidas Marques, levando escola a Auto Alegre, contribuindo para que Boa Vista da Aparecida se transformasse em município.

Digo a Sua Excelência Sr. Deputado Caíto Quintana, não é do meu conhecimento, nenhuma das suas afirmativas desta tarde. E estou disposto na CPI da Falência dos Municípios, a analisar cada uma das colocações. Espero que esta CPI não se transforme numa caça às bruxas, espero que a CPI coloque o dedo na ferida e não fique apenas na perfumaria política. E esta será a posição do PDS na análise de todos os prefeitos municipais.

Vamos verificar, por exemplo, se foi importante para Capitão Leônidas Marques, a construção da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques e vamos comparar, por exemplo, o custo da construção da Prefeitura de Capitão Leônidas Marques com o custo da construção da Prefeitura Municipal de Realeza.

Vamos, eminentes Deputados, realmente nos debruçar sobre os problemas que afligem os municípios do Paraná, muito mais do que buscar as causas políticas imediatas. Vamos fazer um trabalho que honre este Parlamento e que dê aos prefeitos municipais a necessária autonomia e os recursos para que eles possam corresponder às expectativas do seu povo.

Passo agora, Sr. Presidente, a falar sobre a indicação do novo Prefeito Municipal de Curitiba.

"Richa eleito, compromisso desfeito". Está é a triste impressão que fica a todos nós, do anúncio anteontem efetuado pelo Governador eleito quanto ao nome que ocupará a Prefeitura de Curitiba.

A nós, do PDS, não causa surpresa tal comportamento, que dribla as promessas feitas em todos os recantos da Capital paranaense, em todos os palanques pré-eleitorais.

Imaginamos hoje a frustração dos eleitores do PMDB que acreditaram nos bombásticos "slogans", tais como o falso: "Richa eleito, eleição para prefeito". As decepções começam bem antes do que se podia imaginar.

Poucas horas para a posse do novo Governador. O Paraná ainda não conhece efetiva mensagem de trabalho por parte dos novos dirigentes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Na medida em que concluir o raciocínio, permitirei, nobre Deputado Roberto Requião.

Pelo contrário. O que se escuta é um repetido negativismo. É a reversão do cansado disco "fica tudo como está". Pois o realejo do PMDB reconhece, — e só agora reconhece, sua incapacidade para solucionar os novos problemas. Problemas estes que até as eleições do dia 15 de novembro tinham, por parte destes homens e, principalmente por parte do Governador eleito, soluções mirabolantes, fórmulas imaginar para o maior acerto.

O povo começa a assistir, por parte do PMDB, soluções de gabinete. Por que o Sr. José Richa não procede como seu colega de São Paulo, que preferiu o andamento da chamada Emenda Benevides para, só então, proceder à escolha definitiva do Chefe do Executivo Municipal? Quem sabe pela sonhada via direta, consagrando-se a soberania da vontade popular?

Existe hoje, no Paraná, um clima de desalento ao se constatar que o vazio preenche os espaços das promessas, o tom

ameaçador, notadamente a nobre, digna e sofrida classe do funcionalismo público, é enfadonha repetição dos que não possuem mensagem real e efetiva.

Temos certeza que, ao longo deste pronunciamento, como já ocorreu em dias anteriores nesta Casa, os nobres e eminentes companheiros da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro buscarão apartes voltados para o passado. Pretenderão buscar exemplos para suprir a falta de argumentos, para dizer o que interessa a todo o Paraná? E agora José?

Só o futuro nos interessa. E é esta a cobrança que a gente do Paraná já começou a fazer.

E que dizer da posição do escolhido, o Deputado Federal Maurício Fruet, contra o qual nada temos pessoalmente, pelo contrário, admiramos seu posicionamento político, refletido em expressiva votação, defensor ardoroso da tese das eleições diretas, se assodou em atender tal convite, desmentindo hoje o que apregoeou ontem.

E se a Emenda Benevides for aprovada, como fica esta Capital na continuidade de seu programa administrativo? Como ficarão os compromissos que certamente haverão de ser adotados?

Respondemos . O agora Deputado Maurício Fruet, será simplesmente inelegível.

Ora, não se pode brincar impunemente com a coisa pública e com uma cidade que é hoje orgulho paranaense, graças aos trabalhos de prefeitos anteriores, notadamente o do Senhor Jaime Lerner.

E não será preciso um prolongamento aqui de tal ponto de vista para que se constate a incoerência do PMDB e dos homens do PMDB.

O Sr. Osvaldo Alencar Frutado — Vossa Excelência permitira o diálogo de um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência me permita concluir o raciocínio.

Se o futuro Governador acreditasse mesmo no apregoamento do consenso que tanto menciona, teria poupado o nome de Maurício Fruet para uma eleição possível, aí sim com o apoio popular.

No entanto, parece que o atual consenso se destinou mesmo e desde já obstar os passos do futuro Maurício Fruet, pois o Paraná através do seu futuro Governador foi até agora o único Estado brasileiro a adotar tal comportamento quanto ao preenchimento do cargo de Prefeito da Capital.

Indisfarçável manobra para, ao menos, para ao menos tentar aleijá-lo da luta sucessória de 1986. Pois é voz corrente, não falo nenhuma novidade em todos os segmentos.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concederei na medida em que concluir nobre Deputado.

Que a agremiação tem um possível candidato, Álvaro Dias.

E não digam que estamos falando em hipóteses, Sr. Presidente, ou fantasiando acontecimentos futuros.

A política é também a arte de cálculo frio, um tabuleiro onde as peças se movimentam nem sempre pela posição estratégica que ocupam, mas, por conveniências outras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo desta Capital sobre agora sua primeira frustração. Outras, certamente, já nos estão reservadas pelo comportamento de um partido, data vênica da opinião dos eminentes Deputados do PMDB nesta Casa, de um partido que fala uma coisa e como atitude traça outro rumo.

Para finalizar, quero citar frase adotada recentemente por prestigioso jornal de nosso Estado, o qual, aliás, em contundentes críticas efetuadas ao PMDB, recebeu, na última semana, um voto de registro para tais opiniões, ou seja, o reconhecimento e o endosso do partido.

Ah! PMDB, "faça o que eu digo e não faça o que eu faço".

Concedo o aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência não me concedeu o aparte, porque seus minutos estão quase esgotados.

Fugiu ao debate do problema, problema do município, que é o problema da covardia do PDS em aceder à Emenda Benevides e se submeter a um massacre nacional através de eleições diretas. Não plebiscitárias, não arremedo de eleição através do "referendum", mas eleição que o povo realmente merece, eleição completa, fiscalizada, pelo Tribunal Regional Eleitoral. O PMDB não prometeu fantasias ao povo. Prometeu a eleição direta através da Emenda Benevides, e eu conclamo à bancada de Vossa Excelência a formar nesta trincheira pressionando a sua bancada federal, para que restitua ao povo o direito de eleger os prefeitos das capitais.

Por outro lado, a medida heróica do PMDB, indicando o Deputado Maurício Fruet, por fim de uma maneira definitiva às brincadeiras de comunidades urbanas que se dissolvem, conforme nos informa, hoje, o jornal "O Estado do Paraná". Por fim aos trambiques, o "Shopping Center Müller" e, as fantasias tecnocráticas, que previam a Curitiba do ano dois mil, na imagem fantasiada, e da qual o povo não participava.

O Maurício Fruet vem aí para uma administração popular e participativa que irá, sim, prender o povo de Curitiba, e será o exemplo de administração popular para o Brasil inteiro.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência revela, nesta tarde, mais um ponto.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concederei na medida em que conseguir responder às colocações feitas pelo Deputado Roberto Requião.

Mas descobro, Sr. Presidente, mais um dom no Deputado Roberto Requião. Ele é pitonisa da Assembléia Legislativa, porque ele consegue prever o futuro. Sua Excelência consegue prever o futuro com segurança, dizendo uma inverdade inquestionável. Ora, Sua Excelência não pode prever o que vai acontecer com a Emenda Benevides, não pode prever o que vai acontecer com a Emenda Armando Pinheiro, até porque se Sua Excelência estiver certo, o Governador, correligionário Sr. Franco Montoro, está errado, porque ele está aguardando a votação da Emenda Benevides no Congresso Nacional. E, digo a Sua Excelência, vamos fazer aqui, nesta Casa, um pronunciamento em conjunto das bancadas, pleiteando eleições diretas, mas mais do que isto, Sr. Deputado Roberto Requião, temos aqui um projeto de resolução na Assembléia Legislativa, Projeto de Resolução n.º 2/66, que estabelece a forma de votação, pela Assembléia Legislativa, do nome do prefeito indicado pelo Governador do Estado.

Vamos, nobre Deputado Roberto Requião, transformar, através de um novo projeto de resolução, esta Casa, num forum dos debates de Curitiba.

Vamos ouvir, realmente, a sua opinião, que é a opinião do técnico em assuntos gerais, porque Vossa Excelência fala com muita autoridade sobre a comunidade urbana, sobre o problema de saneamento de Curitiba, sobre o problema da favela, sobre o problema do "bóia-fria" de Curitiba. Vamos então, nobre Deputado, vamos então, Sr. Presidente, ouvir aqui, no plenário desta Casa, o Vereador de Curitiba. Vamos ouvir aqui, em Curitiba, as associações de bairros, vamos ouvir aqui, autoridades nacionais, a respeito da obra efetuada por Jaime Lerner na Prefeitura.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência está defendendo a tribuna livre, nobre Deputado?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não, nobre Deputado, estou pretendendo transformar esta Casa, — Vossa Excelência ouviu bem, num forum de debates a respeito das idéias do próximo Prefeito de Curitiba, e vamos analisar, com autoridades de nível nacional e internacional, as medidas adotadas até agora, em Curitiba. Vamos verificar, nobre Deputado, através de instru-

mentos próprios que esta Assembléia haverá de criar, e Vossa Excelência, que cria tanto, que tem tantas idéias, poderá ajudar na elaboração de um projeto de lei, de um projeto de resolução, para estabelecer um verdadeiro debate a respeito de Curitiba, a Curitiba de ontem, de hoje, mas, sobretudo, a Curitiba que nós queremos que continue a ser; a cidade exemplo deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças ilustres em plenário do Sr. ...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Gostaria que meu nome fosse inscrito para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência atende e determina que Vossa Excelência seja inscrito para Explicações Pessoais. ... do Sr. José Delábria, Prefeito de Francisco Alves, do

Sr. Arlindo Troian, Prefeito Municipal de Nova Londrina; do Sr. Vereador de Maringá, João Batista Sanches; dos Vereadores de Carlópolis, Srs. José Carlos Soares, Keiji Yamamoto, Jaime Soares, Alfredo Vainasquim, e do Sr. Hélio Machado de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, bem como do Sr. Dirceu Mazzoti, Prefeito Municipal de Marilena; e também do Sr. Arlindo Mazzoni Prefeito Municipal de Japira.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que fixa critérios para preenchimento dos cargos de direção do conglomerado financeiro do Banco do Estado do Paraná S/A. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI N.º 110/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Na composição da Diretoria Executiva do Banco do Estado do Paraná S.A. a metade dos cargos será preenchida por funcionários de comprovada experiência bancária e de carreira do próprio conglomerado financeiro, observado o que dispõe o Art. 2.º desta lei.

§ 1.º — A mesma proporção para o preenchimento de cargos será mantida na composição das diretorias executivas das empresas em que o Banco do Estado do Paraná S.A. detenha direta ou indiretamente o controle acionário, sediadas no País ou no exterior.

§ 2.º — Nas empresas em que o Banco do Estado do Paraná S.A. for acionista com participação proporcional nas respectivas diretorias, essa participação se fará consoante este artigo.

Art. 2.º — Quando o número de cargos a serem preenchidos for ímpar, a proporção de que trata o Art. 1.º desta lei, será

feita tomando-se por base o número par imediatamente superior, ainda que disso resulte participação maior.

Art. 3.º — Os conselhos de administração do Banco e das empresas coligadas, respectivamente, procederão às alterações estatutárias devidas, adequando-se às disposições da presente lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

01 — O BANESTADO tem mais de meio século de existência, tempo suficiente para se afirmar, tanto no Estado quanto fora dele, como estabelecimento de crédito de primeira grandeza e atuação excepcional em todos os campos da economia.

02 — Há pouco mais de 10 anos, sentindo necessidade de diversificar sua atuação, de modo a atingir todos os segmentos do sistema financeiro nacional, o BANESTADO passou a estruturar pacientemente o seu conglomerado de empresas, cuidando de adequar-se às fixas próprias do mercado.

03 — Para essa estruturação, contou o Banco com o concurso de técnicos próprios, isto é, retirados dos próprios quadros de pessoal ou preparando cuidadosamente elementos novos e de carreira, que se tenham destacado nas atividades bancárias.

04 — O inegável sucesso do Conglomerado BANESTADO se deve, antes de tudo, ao seu próprio quadro efetivo de técnicos, administradores e homens de relações públicas.

05 — É justo, pois, diante da eficiência demonstrada pelo funcionalismo do Conglomerado BANESTADO, que o Governo se proponha a deles dispor também para tarefas de maior evidência administrativa, representada por efetivos cargos de direção nas respectivas empresas.

06 — Os quadros de pessoal do Conglomerado BANESTADO, contam com elementos de elevado gabarito e notório conhecimento em todos os setores da atividade econômica atual, tais como engenharia, medicina, agronomia, finanças, informática, computação eletrônica, economia, administração, ciências contábeis, psicologia, sociologia e outros ramos das ciências sociais, além de políticos e líderes.

07 — Dentre as especialidades citadas, figuram não só técnicos de desempenho puramente profissional, mas também professores universitários de reconhecida capacidade, com atuação em escolas de nível superior tanto da Capital quanto do Interior do Estado.

08 — Com mais de 7.000 empregados, o Conglomerado BANESTADO se constitui em verdadeiro celeiro de técnicos e administradores gabaritados e de elevada disciplina profissional, capazes de movimentar qualquer setor da Administração estadual, mercê de sua habilidade, dedicação, zelo e eficiência.

09 — Esta lei representa o legítimo e mais antigo anseio do funcionalismo do Conglomerado BANESTADO, que sempre esteve à margem da administração das empresas que servem com admirável dedicação. A participação de funcionários na gestão das respectivas empresas se constitui em elo obrigatório importante entre a direção e o quadro funcional, institucionalizando o diálogo e estabelecendo um canal através do qual tramitam e se resolvem problemas de ordem interna e funcional.

Por ser legítima, justa e absolutamente necessária, assumo a iniciativa do presente projeto de lei.

Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iniciativa brilhante do eminente Deputado Airton Cordeiro, ao propor à Casa, em agosto passado, o projeto de lei que pre-

tende que a metade dos cargos de direção do BANESTADO e das empresas que compõem o seu aglomerado sejam, forçosamente, preenchidas por funcionários de carreira do Banco do Estado do Paraná.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o plano de lei de tão alta envergadura e de tanta relevância como o presente, vem a Plenário, totalmente destituído de qualquer análise das Comissões Técnicas da Casa; não cabe aqui discutirmos quais as razões pelas quais as Comissões Técnicas não se pronunciaram, pelo último período eleitoral que atravessamos e quando praticamente esta Casa não funcionou, mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos colocar a nossa posição em relação ao presente projeto:

O Banco do Estado do Paraná, criado pela Lei 2.532, de 27 de março de 1928, é realmente uma instituição de crédito, hoje, no Brasil, com um nome invejável, traduz a pujança econômica e financeira do nosso Estado.

A Lei 4.372, de 29 de maio de 1961, garante, a todos os depositantes do BANESTADO, os seus depósitos, e esta garantia é assegurada integralmente, pelo Governo do Estado do Paraná; esta disposição consta do parágrafo 2.º, do Artigo 3.º do Estatuto do Banco do Estado do Paraná.

No Artigo 7.º do Estatuto do nosso Banco, há uma definição, aí já de caráter político, do Banco do Estado. Diz o seguinte:

"Artigo 7.º — Na qualidade de agente financeiro do Estado do Paraná, compete ao Banco: 1 — Arrecadar a crédito do Estado, as importâncias provenientes de impostos, taxas e outras receitas; 2 — Realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento do Estado, em Leis Suplementares, de acordo com as autorizações transmitidas pela Secretaria de Finanças; 3 — Receber, na qualidade de executor dos serviços bancários do Estado, as disponibilidades de quaisquer órgãos da administração direta, ou indireta do Estado."

E o Artigo 8.º elucida:

"O Banco poderá contratar diretamente com o Estado ou com a sua interveniência: 1 — A execução de encargos pertinentes às funções de agente financeiro do Estado; 2 — A concessão de aval ou outras garantias, a favor do Estado, em contratos de financiamentos realizados na forma da lei; 3 — A execução de serviços de permuta, transferência de praça, pagamento de juros e resgate de títulos de emissão do Estado; 4 — A execução de outros serviços de interesses do Estado, desde que não vedados por dispositivos legais e regulamentares".

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito embora o Banco do Estado seja um banco comercial, ele tem uma clara finalidade política de agente financeiro do Estado, e é o Estado do Paraná, através do seu Governo, como representante legal desta Unidade Federativa, o maior acionista do Banco do Estado, daí porque, a indicação e a nomeação da Diretoria do Banco do Estado é evidente e assume o caráter de uma indicação política, não, política partidária, mas, da política do Estado do Paraná, na consecução da sua soberania de membro integrante da Federação brasileira.

E diz o Estatuto do Banco, no Artigo 14, quando trata da Administração:

"Art. 14 — São órgãos da Administração do Banco, integrados por brasileiros domiciliados e residentes no País; 1 — O Conselho de Administração; 2 — A Diretoria".

O projeto do nobre Deputado Aírton Cordeiro pretende que, no Estatuto do Banco conste que, esta Diretoria do item 2, do Artigo 14, seja integrada no mínimo, pela metade de nomes retirados do quadro de funcionários do Banco do Estado do Paraná. Ora! Sr. Presidente, Srs. Deputados, já existe uma clara disposição no Estatuto do Banco, no artigo 25, quando diz o seguinte:

"A Diretoria será composta por 8 membros acionistas ou não, distribuídos nos seguintes cargos, pelo Conselho de Administração". E cita as oito diretorias, desde o Presidente, o Vice-Presidente, o diretor de assuntos internacionais, diretor de assuntos administrativos, de recursos humanos, operações especiais, cré-

dito rural e crédito geral.

O parágrafo 2.º deste artigo limita.

Parágrafo 2.º: "Pelo menos um dos Diretores deverá ser escolhido entre os funcionários entre os quadros de carreira do Banco". Já está assegurada a representação no Estatuto do Banco, da presença dos funcionários do Banco, como pretende o Senhor Deputado. Ele apenas deseja que esta representação seja pela metade. Mas no seu projeto de lei, no artigo 2.º, diz o seguinte: "Quando o número de cargos a serem preenchidos for ímpar, a proporção de que trata o artigo 1.º desta lei será feita tomando-se por base, o número par imediatamente superior, ainda que disto resulte participação maior". O que quer evidenciar, Senhores Deputados, que no Conglomerado BANESTADO onde existem agregadas doze empresas, Sociedades Anônimas, regidas pelo Direito Comercial e pela Lei da Sociedade Anônima, em oito delas, o número de diretores é ímpar, o que vale dizer, que se aprovarmos o projeto do Deputado Aírton Cordeiro, em oito empresas do Conglomerado BANESTADO, os funcionários do Banco serão a maioria nas suas diretorias.

Em apenas quatro empresas, na Reflorestadora, na Corretora de Seguros, no BANINVEST e na Paraná, Companhia de Seguros, é que o número de diretores é par, e aí estaria equiparado, a metade dos diretores não funcionários e metade dos diretores funcionários.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, louvo a iniciativa do Deputado, porque ela busca na realidade, estimular o funcionário do Banco do Estado que, diligente na sua tarefa, que dedica do seu esforço profissional e sua competência pessoal, fizeram o Banco do Estado crescer e acompanhar a nova sistemática bancária do Brasil.

Até 1945, nós não tínhamos no nosso direito bancário, diploma legal algum, que açambarcasse todas as disposições conferidas ao direito bancário. Só em 1945, através do Decreto 7.293, de 02.02.45, criou-se a SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito, que passou a regular toda a disposição do direito bancário no Brasil e ela aguentou-se até 31 de dezembro de 1964, quando criou-se finalmente no Brasil, a figura do Banco Central e a figura do Conselho Monetário Nacional, dois órgãos que passaram a realmente disciplinar, a comandar, a coordenar todo o nosso sistema bancário.

Então hoje, o Banco do Estado do Paraná, como banco comercial, obedece aos princípios da Lei das Sociedades Anônimas, das Sociedades Mercantis, vale dizer, pertence aquela facção do direito brasileiro, reservada ao Direito Comercial.

Sabemos de que a Constituição brasileira é muito clara no seu artigo 8.º, inciso 17, letra "b", quando diz "ser privativo da União legislar sobre: "À União compete: — Artigo 8.º, inciso 17: — legislar sobre:

a) — ; b) Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral".

É evidente de que essa é uma disposição sobre os Bancos, Sociedades Anônimas, Sociedades Mercantis de Direito Comercial. É matéria privativa de competência da União e sobre este primeiro aspecto, quer nos parecer a matéria, trata-se de matéria inconstitucional.

Diz ainda este artigo, continuando como privativo da União, legislar sobre sistema momentário de medidas, política de crédito, câmbio, comércio exterior e interestadual, transferência de valores para fora do País.

Mas o artigo 9.º é que no meu entendimento, vulnera totalmente este plano de lei. Porque aqui é uma proibição abrangente. No artigo 9.º: "À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado: 1 — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interno contra outra".

Este plano de lei quer criar uma preferência a uma categoria de brasileiros, os quais sejam: funcionários do Banco do Estado, prevalência sobre outros. No meu entendimento a disposição

que consta no Estatuto do Banco do Estado, no seu artigo 24, que diz: "Ao menos um diretor". No meu entendimento ela não é inconstitucional. Mas, esta tão abrangente, de em casos quando a diretoria for de número ímpar, a maioria ser funcionários do Banco do Estado, efetivamente, está incorrendo nesta proibição constitucional de criar a distinção.

Sabemos de que para ser diretor de empresa financeira de Banco de crédito, devem ser brasileiros os seus diretores. Por isso, no meu entendimento, o plano de lei está revestido de uma inconstitucionalidade intransponível. E o Banco Central que é quem disciplina toda política bancária atualmente, em várias de suas resoluções tem deixado muito clara esta matéria. Tenho aqui por exemplo algumas instruções...

O Sr. Gabriel Sampaio — Permite um aparte Deputado? —
(Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, estou acompanhando aqui com bastante atenção a discussão que Vossa Excelência faz sobre o projeto de lei do nosso companheiro Airton Cordeiro, e verifico do esforço que Vossa Excelência está fazendo da tribuna, para alinhar uma argumentação que realmente convença, talvez não nós, mas a sua própria Bancada, de votar contra o projeto de lei do Deputado Airton Cordeiro. Porque tive o prazer e a satisfação de participar do conglomerado BANESTADO durante uma certa época como diretor de uma das suas empresas e verifiquei lá dentro do Banco, hoje que congrega talvez mais de 8 mil funcionários, a grande aspiração daqueles homens e mulheres que através de uma carreira longa em que o grande valor é o valor funcional, faz com que eles alcem nas várias categorias, nas várias letras, na carreira enfim que o leva a maiores vencimentos. A grande aspiração é realmente alçar ao cargo maior de diretoria do Banco. A diretoria de uma empresa do conglomerado ou do próprio Banco do Estado.

E Vossa Excelência realmente numa tentativa, como bom advogado que é, tenta aí arrumar, conseguir argumentações que contrariem. Datíssima vênha, à minha opinião com relação ao que Vossa Excelência expende da tribuna. Vejo que Vossa Excelência está contrariando inclusive a lógica em dizer que esta lei viria privilegiar um punhado de pessoas, que no caso, são os funcionários do Banco, em contrapartida dos demais segmentos da sociedade.

Mas Deputado, é justamente isso que se pretende. Quer dizer, se fosse o inverso é que seria de causar espécie. Mas é justamente para privilegiar aqueles que tecnicamente estão mais afeitos a uma continuidade administrativa, que Vossa Excelência há de convir comigo, que num órgão como o Banco do Estado a não ser uma direção geral que é, vamos dizer assim, pouco susceptível de mudar, mudar rumos. Porque Vossa Excelência bem sabe disso, que hoje os bancos e as entidades financeiras, estão rigidamente presas a uma legislação federal que as obriga quase a que caminhem num mesmo rumo.

Muito bem, é justamente nesse sentido, é que estas empresas que estão menos sujeitas a este tipo de interferência externa, passem a ser assistidas pelos funcionários existentes, para que tenha, desta forma, uma continuidade administrativa. Para que de repente, não é o caso do Governador José Richa, mas poderá ocorrer no futuro de um novo Governador, que coloque no Banco pessoas completamente alheias às funções bancárias, ou do conglomerado, e que possam inverter todo um trabalho feito durante muitas décadas para atingir, o que Vossa Excelência mesmo reconhece, seja o Banco do Estado do Paraná hoje.

Acho que Vossa Excelência procura argumentos que na verdade não existem.

Gostaria que Vossa Excelência dissesse, realmente, porque que a Liderança do PMDB é contrária à aprovação do projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência esperasse eu iria dizer, mas já que Vossa Excelência me solicitou...

Vossa Excelência mesmo disse de que é possível que haja indicação de diretores que não tenham as qualificações reais para

tocar o Banco; Vossa Excelência mesmo, como diretor do banco sabe, está aí o Banco Central disciplinando toda uma normatividade, as condições mínimas para alguém ser diretor de um Banco. Não há condições de nomear-se alguém que não seja aprovado pelo Banco Central. Não é a eleição do Conselho de Administração da maioria dos acionistas do Banco que simplesmente coloca quem quer que seja na direção. Estes nomes mesmos, eleitos em assembleia, o Banco Central se reserva o direito de apreciar se eles preenchem uma série enorme de requisitos que são necessários. E estes requisitos foram, ultimamente, enumerados pela Resolução 526, parágrafo 5.º, que diz o seguinte:

"São condições básicas para o exercício de cargos de Conselho de Administração, de Diretoria de Conselhos Fiscais e outros órgãos estatutários:

- a — ter reputação ilibada, auferida através de exame de informações cadastrais;
- b — não ser impedido por lei;
- c — não haver sofrido protesto de títulos, nem ter sido responsabilizado em ação judicial;
- d — não ter participado como sócio-administrador de firma ou sociedade que no período de sua participação, administração, ou logo após, tenha tido títulos protestados ou tenha sido responsabilizado em ação judicial;
- e — não ser falido ou concordatário, nem ter pertencido a firma ou sociedade que se tenha subordinado àqueles regimes;
- f — não ser pessoa declarada inabilitada para cargo de administração, instituição financeira, sociedade seguradora, entidade de previdência privada ou companhia aberta;
- g — não ter participado de administração, de instituição financeira cuja autorização de funcionamento tenha sido cassada ou não prorrogada, ou que esteve ou esteja em liquidação extrajudicial, concordata, falência ou sob intervenção do Governo;
- h — não exercer cargo de direção em cooperativa de crédito, cooperativa mista. Ser pessoa natural, residente no Brasil, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os de Conselho Fiscal diplomados em cursos de nível universitário, ou ter exercido pelo prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou conselheiro fiscal."

E enumera mais uma série de exigências que tornam muito claro não haver a mínima possibilidade de um nome ser aprovado sem que o Banco Central dê o seu aval à esta indicação.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Permite-me um aparte? —
(Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, quero cumprimentá-lo. Vossa Excelência vem à tribuna hoje trazendo todos os dados para tentar, a seu juízo, esclarecer a questão do projeto de lei de autoria do eminente Deputado Airton Cordeiro. E pela sua brilhante exposição nesta tarde, Vossa Excelência demonstra ser um profundo conhecedor da matéria tratada. Em primeiro lugar meus cumprimentos, Vossa Excelência realmente hoje produz um pronunciamento que honra sua cultura jurídica. Entretanto Vossa Excelência não desconhece que este assunto tem sido objeto das mais altas indagações dos juristas brasileiros. Esta Casa mesmo já teve oportunidade de analisar o problema. Vossa Excelência coloca com perfeição o problema da Constituição, as normas estabelecidas, os mandamentos constitucionais e coloca o problema do direito comercial. Realmente, o Banco, estabelecimento bancário é regido pelo direito comercial e a indagação maior que se faz aí é se uma lei pública estadual poderia derogar o mandamento do Direito Constitucional, do Direito Comercial, de vez que há, inclusive, hierarquia nas leis.

No entanto, este assunto é polêmico e Vossa Excelência não desconhece que esta Casa tenha aprovado, inclusive, as empresas públicas que interferem no Direito Comercial. Aliás, a legislação pátria tem estabelecido isso. Se Vossa Excelência levar ao extremo raciocínio que Vossa Excelência está formulando nesta Casa, nem a PETROBRÁS poderia ter sido criada no Brasil, ou a ELETROBRÁS, ou qualquer outra empresa, porque é uma empresa pública

que age de acordo com as normas do Direito Comercial.

Então, veja Vossa Excelência que há dois entendimentos jurídicos a respeito da questão. Primeiro, daqueles que defendem a prevalência do Direito Comercial sobre as normas do Direito Administrativo e aqueles que entendem que é delegado ao legislador poder criar figuras "sui generis" nas legislações, sem que isso signifique uma afronta ao Direito Comercial e posteriormente ao Direito Constitucional.

Ademais, Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência mesmo faz referência ao Estatuto do Banco, dizendo que o Banco estabelece num dos seus artigos, que um dos cargos de diretor é reservado a um funcionário do Banco do Estado.

Veja Vossa Excelência, se o Estatuto pode estabelecer esse critério, por que não poderá uma lei estadual estabelecer um critério mais abrangente?

Mas, ainda, nobre Deputado, Vossa Excelência faz referência específica ao Banco do Estado quando Vossa Excelência não desconhece que o Banco do Estado, hoje, é uma das peças do organismo financeiro do Estado e existem as entidades chamadas conglomeradas ao Banco do Estado, que é isso que o nobre Deputado Airton Cordeiro pretende no seu projeto de lei. Por outro lado, o argumento de Vossa Excelência de que existiria um privilégio aos funcionários do Banco do Estado, não corresponde "in totum" na sua realidade, de vez que é lícito a qualquer brasileiro ser funcionário do Banco do Estado. E sendo funcionário do Banco do Estado, pode ocupar a função de direção.

Este projeto do eminente Deputado, na verdade, visa dar melhores condições de acesso ao funcionalismo do Banco do Estado.

É o aparte que eu gostaria de conceder a Vossa Excelência ao firmar a posição da Bancada do PDS em favor do projeto, congratulando-me com a exposição de grande fundamento jurídico que Vossa Excelência apresenta nesta tarde.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado, não lhe assiste razão quando Vossa Excelência se refere ao conglomerado BANESTADO. São na realidade doze empresas: BANESTADO Crédito Imobiliário, que pelo artigo 22 de seu Estatuto, diz que sua diretoria possui três pelo projeto do Deputado Airton Cordeiro, dos três, dois deveriam ser funcionários. A Corretora, Câmbio, Títulos de Valores Imobiliários, artigo 13 do Estatuto da Corretora, diretoria composta de três diretores, dois funcionários pelo projeto, um de livre indicação pelo Governo; BANESTADO Crédito Financiamento, Investimento, artigo 22 do Estatuto, também três diretores; Processamento de Dados e Serviços, artigo 29, três diretores; Reflorestadora artigo 9.º do seu Estatuto, dois diretores, ficando em igualdade de condições; Leasing Arrendamento Mercantil, artigo 26 do Estatuto, três diretores; BANIVEST Sociedade Investimento, artigo 10 do Estatuto, dois diretores; BANESTADO Clube, três diretores; Cia. de Seguros Rio Branco, cinco diretores, três funcionários, dois de livre indicação; Paraná Cia. de Seguros Germano Brasileiras, seis diretores, três a três e Banco do Paraná, três diretores, artigo 22, Capítulo 15, do seu Estatuto, ficando então para os funcionários, duas diretorias e uma de livre indicação do Governo do Estado do Paraná.

Esta é a argumentação jurídica que eu expus até aqui. Do próprio Banco Central, exige que se peça uma autorização ao Banco Central para mudar o Estatuto do Banco. Para um Banco mudar o seu Estatuto, tem que fazer um processo de "Pedido de Autorização", a convocação de uma Assembléia Extraordinária especial para isto.

Tal o rigorismo como o Banco Central pediu. Então esta é uma argumentação jurídica que Vossa Excelência diz ter um entendimento diverso. Tenho razões e, estou convencido de que a matéria não pode ser de competência da Assembléia legislar sobre isto. Porque, transformado em lei este plano, porque então pedir autorização ao próprio Banco Central para pedir uma alteração do Estatuto? Qual a eficácia desta lei? Vossa Excelência disse, é uma hierarquia de leis, e nas fontes do direito a lei é a fonte suprema.

Ora, se uma lei maior, que é a Lei do Banco Central, que praticamente disciplina todo nosso direito bancário, mas, se a competência para legislar sobre esta matéria constitucional, as disposições que envolvem o setor bancário, são de exclusiva competência da União? Como sustentar esta tese de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é competente para legislar sobre Banco?

O Sr. Airton Cordeiro — Concede um aparte, nobre Deputado? O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo o aparte ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Compreendo, Deputado Nilso Sguarezi, o esforço que Vossa Excelência faz para tentar tirar as razões essenciais deste projeto de lei, para, ao mesmo tempo, tentar justificar a sua rejeição pela maioria do partido de Vossa Excelência com assento nesta Casa.

Como da mesma forma compreenderia que não seria essa a argumentação de Vossa Excelência, se esta matéria estivesse sendo votada na Legislatura passada, e mais ainda, fora do período eleitoral.

Mas nem com este esforço brilhante do ponto de vista jurídico, Vossa Excelência consegue com o seu poder de convencimento oferecer à Casa argumentos e razões que justifiquem a rejeição da matéria. Porque nem mesmo os requisitos que foram apontados por Vossa Excelência constantes do Estatuto do Banco do Estado do Paraná, servem para eliminar o que objetivamente se pretende com o projeto de lei, porque, parto do pressuposto de que os sete mil funcionários do Banco do Estado do Paraná têm conduta ilibada, têm dignidade profissional, têm todas as condições para ocupar qualquer cargo, inclusive com potência.

O SR. NILSO SGUAREZI — E não se disse nada em contrário disto. Concordamos com isto. Não estamos dizendo nada em contrário a isto.

O Sr. Airton Cordeiro — Mas, Vossa Excelência ao invocar os requisitos, e ao invocar tão exaustivamente o Estatuto do Banco do Estado do Paraná, como que implicitamente dá a entender de que somente pessoas estranhas ao Banco poderiam passar pela aprovação dos requisitos estatutários.

E, aí, parece-me que Vossa Excelência peca, e muito, e comete uma injustiça deliberada contra os funcionários do Banco, responsáveis pela expansão do Banco do Estado do Paraná; responsáveis pela condução dos assuntos administrativos e técnicos do Banco.

E mais, Deputado Nilso Sguarezi, menciona Vossa Excelência, repetidamente, o Estatuto do Banco do Estado do Paraná, mas se esquece de mencionar o Art. 3.º do nosso projeto de lei, que diz o seguinte: "Os Conselhos de Administração do Banco e das Empresas coligadas, respectivamente, procederão as alterações estatutárias devidas, adequando-se às disposições da presente lei".

Ora, se o Banco precisa recorrer ao Banco Central para alterar sua carta estatutária, é muito simples. É só fazê-lo de posse da lei que esta Casa vai votar e o Banco Central não há de negar o direito do Banco do Estado rever o seu estatuto.

Como discutirei esta matéria da tribuna, tão simplesmente, Deputado Nilso Sguarezi, gostaria de dizer a Vossa Excelência, que ficaria profundamente feliz, profundamente gratificado se os mesmos requisitos para um cidadão ser diretor do Banco do Estado, fossem os mesmos requisitos para os homens integrarem a equipe de Governo.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência deixou de ser muito feliz no passado, quando deveria ter, nos governos que passaram, ter estatuído estas normas para a montagem das equipes governamentais, e nós não teríamos um Estado do Paraná em situação tão precária, e, principalmente, o Brasil.

O Sr. Airton Cordeiro — O assunto quem traz é Vossa Excelência. O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência disse que gostaria que tivessem o mesmo caráter de seleção.

O Sr. Airton Cordeiro — Sem dúvida.

O SR. NILSO SQUAREZI — E não estaria ocorrendo o que ocorreu, quando o Deputado veio da tribuna e denunciou que homens do Governo passado pegavam funcionários do Estado e iam fazer construções particulares.

O Sr. Airton Cordeiro — E foram punidos exemplarmente. Com o reconhecimento de um companheiro de Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGAUREZI — Veja Vossa Excelência como houve a exceção da regra: no final deste Governo, quando se invertem as posições, quando esta Casa foi majoritária para aprovar aqui o requerimento, se inverteu aqui a posição. Esta foi a exceção à regra. Porque a regra geral, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi que as denúncias, milhares delas que fizemos desta tribuna, nunca foram atendidas, e desafio que Vossas Excelências citem outros casos de punições das milhares de denúncias que fizemos aqui. Quais foram punidas?

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Aceito o desafio.

O SR. NILSO SGAUREZI — Vossa Excelência poderá trazer um caso ou outro que constitui a exceção à regra. A regra geral no Paraná, no Brasil, é que, quem foi para a cadeia nos últimos anos é quem denunciou. Esta é a regra geral!

(Palmas da assistência).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita que, as pessoas que nos honram com suas presenças e que se encontram nas galerias, mantenham-se em silêncio, sem sinais de aprovação ou desaprovação a qualquer ato praticado por qualquer Deputado durante sua permanência na tribuna.

Esta Presidência agradece.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, vou entrar na argumentação política da matéria.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nilso Sguarezi, gostaria de fazer uma observação:

Realmente, quanto ao mérito da questão não há o que ser discutido e Vossa Excelência o disse bem, oxalá inúmeros funcionários que lá se encontram há tantos anos e que constam aqui da relação deste anteprojeto de lei, ocupassem, não, a metade dos cargos ou um terço mas até, a totalidade; quanto ao mérito não há o que se discutir. Mas, nobre Deputado, quando o Executivo entra na área do Legislativo, tenta penetrar no amago do Legislativo, o Legislativo começa a espremer, critica o Executivo, porque não é competência dele intrometer-se no Legislativo. E Vossa Excelência mostrou, provou e me convenceu que realmente não é competência deste Legislativo, esta alteração — pelo menos, em lei. Poderia haver uma indicação, isto sim, e creio, seria aprovada por unanimidade, para que ocorresse uma alteração em todas essas leis que Vossa Excelência citou aí. Ora! Ilustre orador, perguntaria: o Presidente desta Casa, Deputado Trajano Bastos, baixaria o Governador um decreto, dizendo que o Presidente desta Casa deve nomear, na sua assessoria, na assessoria dos Deputados...

O SR. NILSO SQUAREZI — São Poderes independentes, Deputado.

O Sr. Ferrari Júnior — Exatamente isto.

Deve nomear cidadão A, B, ou C. Ora! O Legislativo iria espremer, porque são poderes independentes. E Vossa Excelência está mostrando que é competência do Executivo, inclusive, tratar desta matéria, em termos de lei. Eu disse: uma indicação seria justa, válida e teria que receber todos os aplausos. Uma indicação. Para se mudar essa estrutura toda que Vossa Excelência citou, mas uma lei — lei é mando, lei é ordem. Ora! O Legislativo não tem competência para autorizar essa matéria! Seria muito simples, se acontecesse uma indicação, que esta Casa provasse e passasse mais vezes a cobrar alterações naquilo que Vossa Excelência citou, ao invés de uma lei que manda, que exige, que cobra! Não é competência efetivamente. Há méritos, como Vossa Excelência diz, mas nós vamos, se aprovada esta matéria for, Deputado Nilso Sguarezi,

vamos levar um veto na cara e o que é pior, não só o veto, virá um veto com toda aquela exposição, depois vão demonstrar ou irá o Executivo tentar mostrar que, o Legislativo não está preparado para legislar!

Acompanho a sua exposição que é muito boa, Deputado.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Líder, além dos aspectos já considerados por Vossa Excelência e pelo Deputado Ferrari Júnior, há que se considerar que, esta matéria consta em termos de assinatura, pelo Primeiro Secretário, em termos de tramitação e apoio, 30 de agosto de 1982. Se numa época em que, durante longos anos, o PDS esteve à vontade com maioria, não só em termos de Mesa, mas também em termos de Bancada, eles não se propuseram a reformar, creio que nós não devemos dar tanta atenção aos redutores de última hora, de uma estrutura como é o BANESTADO, esta grande instituição. É o que ocorreu, por exemplo, em outros casos: de última hora, assistimos a prodigalidade sem fim, a funcionários, preocupações seriíssimas (entre aspas), em termos de reconstruir. Ora! Entendo que estamos inaugurando um tempo novo em que o PMDB haverá de ter tempo, capacidade e coerência para reger, da melhor forma possível, as suas estruturas. Sabemos que o BANESTADO ora pretendido como sendo objeto de reforma, tem se prestado, pela imposição com que fizeram, funcionários competentes como foram bem definidos, foram coagidos, no passado, a se converterem em cabos eleitorais do PDS.

Toda uma estrutura séria foi comprometida em termos de prioridade, cujos canais, cujos métodos nós devemos reprovar. É por esta razão que a par da ilegalidade, que a par da sólida argumentação de Vossa Excelência, eles tiveram muitos anos; que não se apresentem como redutores de última hora e vamos sim, em tempo hábil e adequado legislar de uma forma coerente dentro daquilo que compete à nossa esfera como membros desta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e ele abre então o debate sob o aspecto político. Ora, quem é o dono do Banco do Estado do Paraná? Os funcionários do Banco ou o Governo do Estado do Paraná, pergunto eu? A quem cabe a responsabilidade de gerir o Banco? Aos funcionários? É de lei ser-lhes assegurado o direito de terem a maioria ou ao Governo do Estado do Paraná? Se o projeto viesse ainda em termos de um terço da representação, assegurando à maioria a indicação livre e soberana do Governo do Estado do Paraná, que é o real e autêntico proprietário do Banco, e isto é uma lógica dentro do sistema capitalista imutável, porque quem é dono é dono, não pode abrir mão desta prerrogativa; o direito de propriedade é inerente do uso, do fruto e do gozo.

Ora, Senhores Deputados, é querer partir contra uma lógica política que não tem argumentação sobre qualquer aspecto, porque se os funcionários do Banco realmente — e aí vai uma constatação fática — o Banco do Brasil, instituição padrão desde 1808, não tem no seu estatuto qualquer privilégio aos seus funcionários. Todavia, observem os Senhores, não sei de cor o nome dos diretores do Banco do Brasil hoje, mas praticamente, nos últimos tempos, no último século, o Banco do Brasil tem sido comandado, via de regra, pela maioria de seus funcionários de carreira.

Não é disposição impositiva da lei que vai fazer com que homens, mulheres, se dediquem com esmero, com carinho numa instituição que fica imune às injunções políticas, e citou muito bem o nobre Deputado Tadeu Bento França, Denunciamos, desta tribuna, quando as injunções políticas do passado fizeram com que o BANESTADO fosse vítima de uma injunção arbitrária, ditatorial, que infelizmente se estendeu a todos os órgãos deste Estado, quando funcionários eram obrigados a assinar ficha partidária, a darem contribuição.

Por isso, Senhor Presidente, uma disposição dessas vai colocar

os próprios funcionários do Banco numa dependência muito maior ao Executivo e não lhe dar liberdade, porque só passarão a ser passada a vigorar uma lei dessa. Na prática, sabemos o que irá acontecer. Só irão para a diretoria, porque o Governo do Estado tem o comando acionário. É ele que diz quem vai ser diretor. Aí a subserviência será muito maior dos funcionários do Banco, porque saberão de antemão se governos como os do passado infelicitarem novamente o Paraná, saberão de antemão, que terão que fazer o jogo do Governador, do Executivo, para chegarem à Diretoria do Banco do Estado e esta então é uma estrutura injusta e odiosa e não podemos permitir que tal plano de lei tenha o poder de coação em cima dos funcionários do Banco do Estado.

Como bem disse o nobre Deputado Ferrari Júnior, se isto fosse uma recomendação ao Executivo, ela seria louvável, mas não como plano de lei. E agora o argumento político maior. Durante tanto tempo a ex-maioria desta Casa não se preocupou com estes detalhes. E, quando ocorreu a mudança histórica, nós que chegamos ao Governo e que por imposição do Governo passado tivemos que assistir todos os funcionários do Banco, fazerem campanha política para o PDS, termos que engolir agora na diretoria, a maioria de funcionários que foram obrigados mas que trabalharam efetivamente pelo lado contrário.

Onde está a autonomia política de um partido que chega legitimamente pelo voto direto à conquista do poder e que tem uma filosofia nova? Há de se reconhecer o direito de nós implantarmos a nossa filosofia, que não é ditatorial, que não é arbitrária, porque está baseada em princípios consagrados da política do Estado.

O Banco do Estado garante aos seus depositantes os seus depósitos, o Banco do Estado dá aval. É preciso que a diretoria do Banco seja escolhida com a mais ampla e genérica liberdade pelo Chefe do Executivo.

Por isso, Srs. Deputados, pelo aspecto jurídico, pelo aspecto político, eu não vejo condições de aprovarmos este plano de lei. Concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência traz a esta Casa uma denúncia séria que eu quero aqui comprovar a Vossa Excelência. Quando os candidatos do PDS durante a campanha de 82 se dirigiam a uma região, era estampado nos jornais, era dito nas rádios e na televisão, que o coordenador do PDS em cada região era o Gerente Regional do Banco do Estado do Paraná.

Nós, Deputado Nilso Sguarezi, achamos que uma instituição da seriedade do Banco do Estado do Paraná, não pode estar à mercê das injunções políticas, principalmente daqueles que se utilizaram e viciaram, não só do Banco do Estado, mas de outros setores da vida administrativa do nosso Estado para fazer dali a campanha do seu partido.

Fomos também, Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB, impedidos de visitar até agências do Banco do Estado no interior do Estado, impedidos pelo gerente do Banco que se dizia ali, orientado pelos diretores de estabelecimentos de crédito afirmando ainda, que ali a campanha era para o Sr. Engenheiro Saul Raiz, o aposentado precoce que o PDS apresentou como candidato a Governador do Estado. E que ali as campanhas e a propaganda política eram para ser feitas para o Partido do Governo.

Para finalizar, Deputado Nilso Sguarezi, fizeram isso com o Banco do Estado como se fosse uma propriedade do partido oficial, como estão fazendo com Itaipu, como se ela fosse também uma propriedade do Partido do Governo. Queremos agora, com a maioria do PMDB, devolver ao Paraná e aos paranaenses, as instituições públicas sem as injunções políticas desnecessárias.

O SR. NILSO SGUAREZI — Com o aparte o Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Líder, o projeto de lei do nobre Deputado Airtton Cordeiro, ele teve realmente uma intenção quando apresentado nesta Casa. Em agosto de 1982, o povo do Paraná inteiro já havia escolhido o seu novo Governador. Mas, se

porventura, Richa não tivesse sido o eleito Governador do nosso Estado, esse projeto teria sido retirado desta Casa.

O PDS nunca quis aprovar este projeto enquanto foi maioria, apresentado em 30 de agosto de 1982, quando o PDS era maioria no plenário e maioria na Comissão de Constituição e Justiça, ele vem em regime de urgência para o plenário sem o parecer de alguma das Comissões Técnicas desta Casa, nem mesmo a de Constituição e Justiça que deveria falar sobre a constitucionalidade ou não do projeto.

Vê-se pôs, que o PDS lançou esse projeto para utilizá-lo como arma; se vencesse as eleições retira-lo-ia. Portanto, é, que não diligenciou a discussão e a votação dele antes do período pré-eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — E devo esclarecer a Vossa Excelência que esse projeto foi, evidentemente, despachado à Comissão de Constituição e Justiça e no dia 15 de setembro de 1982, foi designado o relator, nada mais, nada menos, do que o atual Líder do PDS, nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, como consta da capa do projeto e ele veio sem parecer a plenário, porque nenhuma comissão opinou sobre ele em virtude de em outubro ter passado a regime de urgência.

Por isso, Srs. Deputados, quero apenas dizer, já concederei o aparte ao nobre Deputado Fiori, quero dizer apenas ao nobre Deputado Rubens Bueno, que citou casos realmente de que gerentes do Banco do Estado eram tidos como os agentes arrecadadores para a campanha do PDS.

Aqui no plenário, nesta tribuna de honra, está uma pessoa funcionária do Banco do Estado que, por feliz coincidência, é Vereador nosso, um dos mais votados. Ex-Vice-Prefeito de Terra Rica, companheiro José Roberto Lage. Funcionário de carreira do Banco do Estado. Exceção talvez para confirmar a regra. Mas vou citar um episódio, quando o Sr. Saul Raiz esteve em Terra Rica, e há outros companheiros de Terra Rica que confirmam isto, chegou o Sr. Saul Raiz no BANESTADO e foi informado que ali tinha um candidato a Vereador pelo PMDB, interrogou-o em praça pública e perguntou: — mas o que é isto? Dentro do meu Banco fazendo campanha para o PMDB? Estas foram as expressões testuais do ex-candidato do PDS. Terra Rica é prova disto. Terra Rica respondeu à altura dando uma vitória esmagadora e fazendo José Roberto Lage um dos Vereadores mais votados do PMDB.

Por isto, efetivamente, havia uma pressão e uma coação e o José Roberto me confirmava que praticamente todos os funcionários do BANESTADO tiveram que assinar ficha para o PDS, em Terra Rica. Mas, graças a Deus, a maioria votou no PMDB.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Líder, a estrutura funcional, a estrutura humana do Banco do Estado do Paraná S.A., é das mais perfeitas. Agora, independentemente deste aspecto constitucional ou não do projeto de lei, sou favorável às promoções dos quadros internos do Banco. A ausência de promoção é desestimulante.

Mas acho que temos que discutir e questionar, com relação a BANESTADO, é esta instituição oficial como agente ativo da corrupção, de favorecimento de grupos oligárquicos e empresariais. O tempo de discutir são as operações que favoreceram Deputados da ex-ARENA e mesmo do PDS e existem casos concretos em que na falta do pagamento do empréstimo, o Banco teve prejuízo, porque à medida em que o Deputado do Governo fazia o empréstimo 10, 20, 30 milhões, não o quitava, o Banco não o enviava para o cartório, jogava em crédito de liquidação com prejuízo para o Banco. E após cada ano político, a diretoria reduzia a gratificação semestral, alegando pouca lucratividade, porque o dinheiro era aplicado na campanha política.

Outra denúncia muito grave, mais de 200 pessoas foram contratadas, nos últimos anos, sem concurso. E há uma norma no

BANESTADO, concurso interno e externo, a exemplo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Mais de 200 nos últimos anos entraram “pela porta do fundo” do Banco, numa afronta àqueles que entraram “pela porta da frente”, que fizeram carreira no Banco do Estado do Paraná. O Banco sempre foi um símbolo de favorecimentos, de corrupção, de cabide de empregos.

É preciso questionar profundamente e exigir do futuro Governador José Richa uma auditoria completa e total no BANESTADO, que enriqueceu muita gente do dia para a noite, favoreceu muitos grupos no Paraná, grupos ligados ao ex-Governador, General Ney Aminthas de Barros Braga.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezzi, devo dizer que este projeto do brilhante Deputado Airton Cordeiro demonstra a sua habilidade política, pois apresentou o projeto justamente na época das eleições. Em agosto de 82, com uma ampla e boa justificativa e trabalhou eleitoreiramente neste projeto, já que os sete mil funcionários do conglomerado BANESTADO receberam a cópia deste projeto, acompanhada de propaganda dos candidatos do PDS.

Digo isto porque gente de minha família, funcionária do BANESTADO, entrando “pela porta da frente”, recebeu a cópia deste projeto, bem como a propaganda de candidatos do PDS, entre eles, o nobre Deputado Airton Cordeiro, nas últimas eleições.

Há habilidade, porque não dizer, em tentar-se usar estes sete mil empregados, como diz a justificativa do Conglomerado do Banco do Estado. O uso do Banco, isso não é novidade, recebo meu ordenado aqui da Assembléia, na agência Murici. Funcionários que são meus companheiros de jogar futebol que me conheceram na escola, na época das eleições, evitavam conversar comigo dentro do Banco, porque havia dentro do Banco e ainda está lá um funcionário que ficava fiscalizando se um funcionário conversava com algum candidato, ou com alguém ligado com o partido da Oposição. Em cima da mesa do BANESTADO, que não é Banco do Senhor Airton Cordeiro, que não é banco do Senhor Saul Raiz, que não é Banco do Nilso Sguarezzi, nem meu, mas, estava a propaganda dos candidatos do PDS acintosamente para a clientela do Banco chegar e observar quando não era empurrada na mão da clientela a propaganda dos candidatos do PDS.

Habilidade, porque não dizer do Deputado Airton Cordeiro, mas, evidência também, e isso me surpreende, nobre Deputado, é evidente. Prevendo a derrota do seu partido, porque em agosto, disse bem o companheiro Edmar Luiz Costa, já se sabia que o povo do Paraná iria acabar com a barbaridade que tomou conta deste Estado. O Deputado Airton Cordeiro tentou garantir os seus amigos que estão dentro do Banco do Estado e a garantia é este projeto de lei que, tenho a certeza, será rejeitado pela nossa maioria hoje aqui nesta Casa.

Quanto à comprovação de denúncia, denúncia está sobrando por todas as entidades deste Paraná, por todos os órgãos e nós vamos trazer para esta Casa, inclusive, funcionários, funcionários não, cidadãos que recebem por prestação de serviço sem conhecer nem onde fica o prédio do qual está recebendo 500, 600 mil cruzeiros. Nós vamos trazer aqui.

Lamentavelmente está no final do seu tempo, nobre Deputado, mas voltaremos a falar a este respeito e vamos trazer muitas denúncias, porque, José Richa será a grande decepção do PDS. Ele vai mostrar ao PDS como é que se governa um Estado, como é que se acaba com a corrupção, e como é que se governa junto com o povo.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sinto muito aos nobres colegas não poder mais dar apartes em virtude de escoamento do meu tempo.

E deixo à Bancada matéria em caráter livre. Srs. Deputados do PMDB que quiserem aprovar estão livres. Faz a Liderança, no entanto, a recomendação pelas razões que expôs aqui da tribuna

e nos apartes dos nobres Deputados da não recomendação da aprovação deste plano de lei, mesmo porque, a Casa não houve tempo à sua disposição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário do Senhor Adão de Almeida Ramos, Prefeito de Santa Isabel do Ivaí, bem como do Presidente da Câmara, Vereador Luiz Eduardo Casagrande e do Vice-Presidente, Vereador Malaquias Tavares. Todos representantes de Santa Isabel do Ivaí.

Registra a presença também dos Prefeitos Cícero Vieira Feitosa, de Fênix; Nivaldo Krüger, de Guarapuava; Humberto Gomes Martins, de Iretama e Vamique Pereira, de Nova Cantu, bem como a presença do Deputado Federal, Hélio Duque.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 110/82.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Foi em vão o esforço do ilustre Deputado Nilso Sguarezzi, que pretendeu respaldar a orientação para rejeição desta matéria em Legislação que emana do Direito Comercial, que emana dos costumes fontes do direito, do Banco Central que não faz leis, mas, dita normas, porque a discussão deste projeto de lei revelou claramente a preocupação dos Srs. Deputados do PMDB, em simplesmente adotar uma posição para deliberação da matéria, muito mais do ponto de vista político do que propriamente do ponto de vista legal.

Mas nunca é demais se rememorar o passado recente, Sr. Presidente, quando participávamos de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, a qual presidi honrosamente, e quando ouvíamos Parlamentares do então minoritário MDB, mais tarde PMDB, ainda minoritário na Casa, argumentarem que nem sempre a legalidade, que nem sempre a constitucionalidade deveriam ser os parâmetros para aprovação, para tramitação de matérias nesta Assembléia Legislativa de interesse do povo deste Estado, até porque o PMDB de Vossas Excelências jura a Constituição com restrições.

E hoje nós temos mais uma demonstração inequívoca, muito clara, indistigavelmente clara, de que a linguagem de Vossas Excelências mudou. Mudou cedo, Deputado Nilso Sguarezzi, mudou antes, aliás de se iniciar esta Legislatura. Mudou quando Vossa Excelência já falava contra a iniciativa do Partido Democrático Social, que pretendia oferecer aos funcionários públicos do Estado, as mesmas vantagens financeiras, que são conferidas aos trabalhadores da iniciativa privada, se esquecendo no entanto de que por esta Casa tramitou iniciativa semelhante do Partido de Vossa Excelência.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Na continuidade, com prazer.

Mudou a linguagem, sim, porque hoje o PMDB é poder. Porque hoje o Partido de Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezzi, é um partido que vai governar o Paraná, é o Partido que não quer abrir mão das prerrogativas exclusivistas do Poder Executivo, que foi acusado sempre pelo PMDB de subordinar aos seus interesses, os interesses maiores do povo, representado nesta Casa, pelos Srs. Deputados.

Por isso mudou a linguagem de Vossas Excelências, que não é a mesma dos palanques, que não é a mesma das fábricas visitadas, que não é a mesma das reuniões políticas mais sérias, que não é a mesma das reuniões políticas em que se pretendeu comover o povo deste Estado, para que ele optasse pelo PMDB na eleição do último dia 15 de novembro. Então vê Vossa Excelência, nobre Líder, que o que se procura realmente ao tentar torpediar esta iniciativa de lei, é nada mais, nada menos, do que exacerar aqueles que através de muitos anos de trabalho ofereceram a sua colaboração séria ao Banco do Estado do Paraná,

ao Banco que, como bem disse o Deputado Nestor Baptista, não é nem meu, nem de Vossa Excelência, nem do Presidente, nem de quem falou sobre esta matéria; é o Banco do Paraná, dos paranaenses, com o Governo do Paraná majoritariamente acionista na sua composição acionária, logo, com responsabilidades muito grandes.

E, mais, Deputado Nilso Sguarezi: ouvimos nesta Casa, inúmeras vezes, enfadonhas até, a pregação de Vossa Excelência, querendo a participação de todos na gestão dos assuntos de interesse deste Estado, na gestão dos assuntos de interesse da comunidade do Paraná.

Foi assim quando, num candente pronunciamento, Vossa Excelência da tribuna desta Casa, dizia que era uma violência contra a Polícia Militar do Paraná - e nós concordávamos com a argumentação de Vossa Excelência - que a corporação fosse comandada por um Coronel do Exército, estranho à Polícia Militar do Estado.

Como foi, também, Deputado Nilso Sguarezi, quando Vossa Excelência, por ocasião dos movimentos reivindicatórios dos professores, pediam a Lista Tríplice para escolha de diretores e diretoras das nossas escolas. E eu, com a minha consciência tranqüila, reitero desta tribuna que, em reuniões da minha bancada, do meu partido, tomei uma posição favorável à adoção da lista tríplice, porque sempre entendi que essa participação é necessária.

Da mesma forma, como se ouviu aqui, neste plenário até, colocações que se constituem numa verdadeira heresia, quando se pretende, por exemplo, imaginar que, em agosto de 1982, a eleição estava ganha para o partido de Vossa Excelência, nobre Líder; como ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Na continuidade. Como da mesma forma se ouviu aqui, Deputado Nilso Sguarezi, a afirmação de que o Banco do Estado é uma fonte de corrupção. Que se denuncie a corrupção; que os nomes sejam trazidos a este plenário; que o povo do Paraná saiba quais os corruptos e quais os corruptores, e Vossa Excelência vai ter o nosso voto favorável. Como, da mesma forma, se pretendeu afirmar desta tribuna que o Sr. Governador do Estado, aprovada esta iniciativa de lei, vetaria a matéria, como se o veto fosse uma figura estranha ao processo político numa democracia, e como se esta Casa não tivesse liberdade para derrubar o veto do Governador com a mesma independência que os Srs. defenderam num passado recente.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Nilso Sguarezi — Estou aguardando um aparte de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei. Tenho uma hora para discutir a matéria e peço permissão, para mais tarde, conceder os apartes.

Da mesma forma aqui se afirmou que para se ocupar uma diretoria, seja do Banco ou seja de uma empresa a ele coligada, é necessário o preenchimento de inúmeros requisitos de caráter moral; quanto à dignidade pessoal, quanto à competência profissional, como se desses 7.000 funcionários do Banco do Estado do Paraná, nós não pudéssemos tirar alguns poucos para ocupar os seus cargos de direção a que fazem justiça e por uma questão de direito.

Também se disse, invocando o Estatuto do Banco do Estado, que na própria Carta Estatutária já se prevê a participação do funcionalismo do Banco, com, pelo menos, um de seus integrantes participando da diretoria. E, meus amigos, o Estatuto que permite um, permite cinco, permite vinte, que

permite 1/3, ou a metade, ou permite tudo. Porque, quem pode mandar mais, pode mandar menos.

Mas, a grande realidade é que, atrás desta negativa toda se esconde a motivação psicológica, política, eminentemente política, que talvez, inclusive, nos expliquem porque a própria Presidência do Banco do Estado do Paraná, no próximo Governo se tem uma definição, hoje, é uma definição diferente da de ontem, mas este é um assunto que não me compete analisar, porque a prerrogativa da escolha dos dirigentes, de acordo com a lei, é do Governador do Estado.

Mas, ao mesmo tempo, considero muito expressivo lembrar aos Srs. Deputados do PMDB, que, aquela participação dos extratos da sociedade paranaense nas matérias de interesse do Paraná, precisam ocorrer, em toda a sua extensão, e esta participação tem de ser concreta, não será com a instituição de uma tribuna livre que vão ocupar o espaço das Comissões Técnicas, como não será a criação de uma Secretaria para Assuntos Comunitários que vai permitir que o povo participe, efetivamente, da administração do Estado. Não existe a participação mais autêntica, a participação mais legítima, Srs. Parlamentares, do que a participação daqueles que, vivendo o dia-a-dia, de um trabalho, sabem o que fazem, sabem porque fazem, sabem como fazem, porque têm conhecimento necessário para poderem exercer a sua função! Logo, quando se pretende realmente privilegiar o corpo funcional do Banco do Estado do Paraná, não se pretende outra coisa senão oferecer um privilégio ao assalariado, oferecer um privilégio ao trabalhador - pobre trabalhador, como você foi falado, na campanha - oferecer ao trabalhador a oportunidade dele participar na decisão do negócio público, preenchendo, com a maior tranqüilidade, os requisitos que o Deputado Nilso Sguarezi trouxe ao conhecimento desta Casa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado Ailton Cordeiro, Vossa Excelência diz de que nós mudamos a nossa linguagem, porque antes, criticávamos a Constituição e, agora, nos servimos da Constituição.

Vossa Excelência não faz justiça à nossa conduta e à nossa coerência.

Criticávamos a Constituição e continuamos a criticá-la, naquelas coisas, naqueles aspectos políticos da Constituição, nas mudanças introduzidas quando a Constituição foi rasgada, nobre Deputado. Recentemente ainda, quando o seu partido deixou passar ou aprovou a emenda que, agora, a Constituição só por 2/3 pode ser alterada; quando a Constituição dá que, o Presidente da República, em determinados momentos, pode transformar isto, em estado de sítio; quando rasgaram a Constituição e disseram que a eleição para Presidente, é indireta; isto nós criticávamos, não aceitávamos, e fazíamos ressalva - quando jurávamos a Constituição. Mas não neste aspecto, de Direito Comercial, nobre Deputado, com o nosso Código Civil que tem essa disposição da Sociedade Anônima e da Sociedade Mercantil, de 1911, nobre Deputado. Isto é um princípio imutável do direito, assegurado nas convenções internacionais, nobre Deputado, de Mercado Internacional, leis rígidas do capitalismo que não podemos fugir, sem ofendemos o sistema capitalista, como Vossa Excelência defende. Então, não há incoerência nenhuma quando nós continuamos a defender este aspecto da Constituição, que não se mudou; mas, nós, quando criticamos e não juramos a Constituição naqueles aspectos políticos, casuístas, contra a democracia, continuamos a ser coerentes, porque nós não aceitamos! E a luta do PMDB é para que esta Constituição se legitime, através de uma convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Este, o aspecto constitucional que Vossa Excelência quer dizer que nós mudamos a linguagem de palanque. E Vossa Excelência me parece desintonizar dos companheiros de bancada, porque ouvimos

aqui, na última semana, acusarem o PMDB de que, ainda não mudamos o discurso de campanha - aqui, à semana passada, disseram que o PMDB continua fazendo comício aqui dentro, hoje, Vossa Excelência vem dizer de que nós mudamos o nosso discurso?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mudaram para pior.

O Sr. Nilso Sguarezi — Isto, no entendimento de Vossa Excelência.

Vossa Excelência parece que mudou para melhor, proque teve durante todo este tempo para apresentar este projeto, teve a Bancada do PDS durante todos estes anos para dar a lista tríplice ao Magistério e não o fizeram, mas depois que perderam a eleição, se arvoraram em democratas. Vossas Excelências patrocinaram aqui, no fim do ano, aquele triste espetáculo de quererem aumentar o vencimento dos senhores servidores do Estado, dar um aumento muito maior do que aquilo que o Governador podia dizer. Então, data vênia, parece que não foi o PMDB que mudou, parece que quem mudou o seu discurso, foram outros, foram outros que talvez precisam mudar muito mais, precisam se reciclar muito mais para realmente falarem a linguagem do povo.

Nobre Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência não me permitiu os apartes que eram propícios na ocasião, por isso tenho que me estender um pouquinho, para dizer o seguinte: há um argumento político nesse projeto. É um argumento político ou Vossa Excelência vai querer pretender dizer de que o seu projeto não é um projeto político, Deputado?

O SR. AIRTON CORDEIRO — O que é que não é político, Deputado?

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, Vossa Excelência deve se conformar que nós podemos nos basear num argumento político.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E pergunto a Vossa Excelência. Esta não é uma Casa política?

O Sr. Nilso Sguarezi — Esta é uma Casa política e Vossa Excelência deve se vergar à decisão política que sair daqui sobre isto daqui também.

Então, nobre Deputado, Vossa Excelência que está fazendo um esforço supremo da tribuna, para defender o injustificável jurídica e politicamente. Vossa Excelência diz que eu fiz um esforço para combater. Vossa Excelência é que me parece estar fazendo um esforço supremo para justificar que o BANESTADO não teve atuação político-partidária nesta eleição. Isto, data vênia, Vossa Excelência não conseguirá de maneira alguma alinhar qualquer argumento objetivo que concretize, que o Banco do Estado teve uma atuação imparcial, não só nesta campanha mas em todas as demais.

Então, nobre Deputado, Vossa Excelência também deve se vergar ao argumento político. Se Vossa Excelência privilegiar os funcionários do Estado, nós não queremos de maneira nenhuma desprivilegiá-los. Está no Estatuto que eles podem ser aproveitados e vêm sendo aproveitados. O que nós não podemos, é abrir mão deste poder político que o Governo do Estado tem na mão, de ter a maioria das suas diretorias. É bem possível que se o Governo estiver convencido de que há funcionários aptos para determinados setores do Banco e que eles possam constituir a maioria, nada impede aí, mas forçosamente nós teremos que admitir que a maioria dos funcionários têm a direção do Banco, estaremos ferindo uma regra básica do poder político que está colocado na mão do Governador, que não é o Sr. José Richa que pode abrir. Não é o aspecto de estarmos tirando do cidadão José Richa que está eventualmente no Governo. Não podemos tirar este poder político da figura, da fun-

ção do Governo do Estado.

Este é o entendimento que deve haver nessa matéria. A prerrogativa do Chefe do Executivo é soberana; para que ele possa exercer essa soberania ele deve ter a ampla liberdade de poder escolher.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sete mil pessoas de carreira não chegam?

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência bem sabe que essa sua afirmação é inverídica. Vossa Excelência bem sabe que o Banco tem vários escalões e que há uma parcela mínima de funcionários habilitados. Esta é a seleção natural da coisa.

A Polícia Militar tem 12.000 homens, mas só podem ser comandantes da sua unidade, apenas os coronéis, os oficiais superiores. Vossa Excelência quando diz de que sete mil pessoas podem ser diretores do Banco, está sofismando. Vossa Excelência sabe de que é necessário um curso superior, uma qualificação, ter um nível cultural, para bem representar essa entidade de crédito. Não são sete mil funcionários.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permita-me Vossa Excelência, ler apenas o que diz o artigo 1.º, do projeto de lei: "Na composição da Diretoria Executiva do Banco do Estado do Paraná, a metade dos cargos será preenchida por funcionários de comprovada experiência e de carreira do próprio conglomerado".

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas então não são sete mil, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mas são os sete mil que podem concorrer a esse critério, para que se chegue à comprovada experiência bancária. Ou Vossa Excelência acha que não?

O Sr. Nilso Sguarezi — Não.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É a linguagem que mudou, Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas como que Vossa Excelência quer que uma simples telefonista ... nobre Deputado, uma simples telefonista, uma simples recepcionista, sem demérito a ela, tenha condição de chegar à diretoria do Banco! Como Vossa Excelência pode defender um argumento desses, não é demérito a ela que não teve talvez o grau de instrução, o preparo. Mas, como pretende Vossa Excelência incluir uma simples mulher que trata da limpeza do Banco, que é funcionária do Banco, colocá-la na diretoria. Não são sete mil, nobre Deputado, são bem menos.

E Veja Vossa Excelência, esses argumentos não são em detrimento do funcionário do Banco, é a realidade dos fatos. Vossa Excelência quer dizer que concorrem sete mil, não sei se há sete mil funcionários do Banco, Vossa Excelência que teve uma grandiosa votação dentro do BANESTADO talvez possa dizer que são sete mil. Não sei o número, mas todos os funcionários do Banco não podem concorrer à diretoria.

O SR. AIRTON CORDEIRO — No Paraná inteiro, Deputado Sguarezi.

Concluiu o aparte? Concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Agradeço o aparte Excelência.

Gostaria de discordar com o nobre Deputado, quando afirmava que nós do PMDB estamos mudando a nossa filosofia.

Recordo-me nobre Deputado, que em agosto de 1982, tive a oportunidade de fazer uma denúncia ao "jornal O Estado

do Paraná", quando no Município de Rondon, no Norte do Paraná, o gerente do Banco do Estado roubava a importância de doze milhões de cruzeiros da agência do Banestado, como gerente.

E, evidentemente, afastaram aquele gerente da agência, comprovado realmente o desfalque ali havido.

Mas, meu caro Deputado, aí está comprovada a verdadeira corrupção que correu por esse solo paranaense, que após aquele desfalque, o cidadão Aparecido Coelho, gerente, na época, da Agência do Banestado de Rondon, o mesmo apadrinhado pelo Presidente então do PDS na época, Norton Macedo e do Sr. Otávio Cesário, Secretário da Justiça, saiu candidato a Prefeito pelo PDS no Município de Rondon.

Aí está, Deputado, a comprovação das injustiças que se cometeram neste Estado, porque, na verdade, aquele homem deveria estar atrás das grades de uma prisão e não sendo apadrinhado, apenas para carrear votos para o PDS no Município de Rondon. Porque eu teria certeza, Deputado, se fosse um coitado que tivesse roubado uma galinha do vizinho, estaria preso, mas como aquele tinha seus apadrinhados aqui na Capital do Estado ...

Imagine, nobre Deputado, se por infelicidade do Município de Rondon, aquele homem viesse a ser Prefeito, um homem que lesou o Banco em doze milhões de cruzeiros, imagine, meu caro Deputado, quanto seria o sacrilégio do povo e o que seria da Prefeitura Municipal de Rondon.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência vai ter o tempo suficiente na Legislatura, vai ter quatro anos, o Governo do partido de Vossa Excelência que será instalado amanhã para um período de quatro anos, e creio que todas essas irregularidades poderão ser apuradas, Sr. Deputado, acho isso uma prática saudável da democracia, não estou aqui para defender nem corrupto, nem ladrão, nem safado. Nunca esta Casa testemunhou uma defesa deste Parlamentar de alguém que tivesse prevaricado na função pública. Então, Vossa Excelência vai ter tempo para fazer tudo isso. E quero dizer a Vossa Excelência que a nossa bancada vai fazer coro com as denúncias comprovadas de Vossas Excelências.

Não estamos aqui para acobertar esse tipo de ilegalidade, de corrupção, de irregularidades.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Mas, meu caro Deputado, isto foi acobertado o que é lamentável, que esse tipo de apadrinhamento existiu, no ano de 82, quando aqui o Governo era maioria. E acho que trouxe um reflexo negativo, tanto no Município de Rondon, que o PMDB teve uma vitória esmagadora. Porque onde já se viu acobertar homens corruptos que roubam o município e o Estado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Então já houve o reparo e espero que outros reparos aconteçam também. Concedo o aparte ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado Airton Cordeiro, permita-me estender um pouquinho, porque Vossa Excelência, a quem conheço há muito tempo e conheço portanto a sua formação, posso inclusive endossar determinadas atitudes tomadas pelo nobre Deputado aqui neste plenário e nesta Casa de Leis. Mas, devo dizer também e repetir até, mas o nobre Deputado, bem como a Bancada do PDS, terão uma grande decepção com o Governador José Richa. Esta decepção vai acontecer justamente porque aquilo que os prefeitos nomeados de Curitiba não fizeram, porque aquilo que os governadores nomeados do Paraná e do Brasil não fizeram, creia no que estou afirmando neste 14 de março, um dia antes da posse de José Richa, legitimamente eleito pela população, o Richa vai fazer.

Não tenha a menor dúvida ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu espero.

O Sr. Nestor Baptista — ... para decepção dos seus inimigos políticos e para a alegria de quase oito milhões de paranaenses. Vossa Excelência já está pré-julgando um trabalho que nem começou. O José Richa nem tomou posse e já tenho ouvido algumas críticas ao futuro Governador. O reajuste semestral, abordado por Vossa Excelência há pouco, não tenha dúvida, virá no tempo certo. Inclusive porque o próprio e atual Governador hoje, Dr. Hosken de Novaes, na sua apreciação a respeito de aumentos solicitados para o funcionalismo, um homem probo, correto, bom observador da vida paranaense, conhecedor profundo daquilo que se passa em nosso Estado, entendeu que não era o momento também de se aumentar a despesa do Estado. Mas o reajuste semestral virá para o funcionalismo. Não tenha a menor dúvida.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permite-me ... este tempo, para o partido de Vossa Excelência, era pelo menos dois anos passados. Estados com um atraso de dois anos.

O Sr. Nestor Baptista — Veremos Deputado, esta é a minha opinião.

O SR. AIRTON CORDEIRO — São os pronunciamentos feitos pelos companheiros de Vossa Excelência e Vossa Excelência é um homem que não mente, eu sei e não há de imaginar que estou mentindo quando digo da tribuna que o partido de Vossa Excelência defendia reajuste semestral, 13.^o salário e outras vantagens para os servidores há pelo menos dois anos passados...

O Sr. Nestor Baptista — Mas esta é a minha posição também. Sou favorável ao reajuste semestral para o funcionalismo, por que não? Agora, não era justo que por dois anos a Bancada do PMDB desta Casa brigasse pelo reajuste e depois, derrotado o PDS, aparecesse a salvação do funcionalismo, para que um Governador do PDS desse o aumento para o funcionalismo. Repito, não tenha a menor dúvida, o funcionalismo terá o reajuste semestral e assinada a lei pelo Governador José Richa. Espere e verá.

A mesma linguagem, há dias atrás, o Líder de sua bancada dizia que o PMDB vem fazer comício na tribuna, usando a mesma linguagem de palanque e que aqui a coisa é diferente, aqui a coisa tem que mudar e Vossa Excelência disse que mudou ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para pior.

O Sr. Nestor Baptista — A Liderança disse que não mudou. Vossa Excelência disse que mudou para pior. E nosso Líder apreciou muito bem, Vossa Excelência mudou para melhor ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado.

O Sr. Nestor Baptista — ... porque hoje já se preocupa inclusive com o funcionalismo do Banestado, coisa que nos quatro anos anteriores não aconteceu.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Aliás, esta preocupação data de agosto de 82, antes da eleição.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência confessa portanto que agiu com princípio eleitoreiro e não para beneficiar o funcionalismo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não há o que confessar. É só

constatar.

O Sr. Nestor Baptista — A constatação é esta. Agiu com fins eleitorais, não para solucionar o problema de sete mil funcionários.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É o pensamento de Vossa Excelência.

O que direi e o que se disse nos palanques por este Paraná, por companheiros de Vossa Excelência.

O Sr. Nestor Baptista — Reafirmo toda a minha pregação em palanque que queria ser reeleito junto com o Governador José Richa, para acabar com a "gatarada" que tomou conta do Estado do Paraná.

Aqui vou fazer a pregação. Vou provar com dados, com números, os fantasmas da COPEL que recebem milhares de cruzeiros por mês como prestação de serviços e lá não aparecem, de SANEPAR e de outros órgãos do Governo.

Mas, Deputado Airton Cordeiro, sei que para acabar com esta "gatarada" nós vamos contar, inclusive, com seu apoio, porque reitero o que disse no começo desse aparte, conheço a sua formação, não há nada contra o funcionalismo do Banestado e Vossa Excelência diz que sete mil terão chance de chegar à diretoria do Banestado.

Ora, isso é conto da carochinha Deputado, só acontece na Prefeitura de Curitiba, onde uma respeitosa telefonista, hábil telefonista que conhece profundamente a lista telefônica de Curitiba e do Paraná, é nomeada para assessora de imprensa do Prefeito Jaime Lerner, num cargo que deve ser de um jornalista.

Na Prefeitura de Curitiba todo mundo ascende postos que não são seus.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Nestor Baptista, só para não perder a oportunidade, eu acredito que Vossa Excelência e quem me formulou a figura profundamente infeliz parece-me que foi o Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência nega às pessoas humanas o direito ao aperfeiçoamento. Que é telefonista hoje, estudando, poderá ser uma funcionária graduada amanhã.

O Sr. Nestor Baptista — Sem a menor dúvida, só que não foi o que aconteceu na Prefeitura, Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Estou falando sobre o Banco do Estado do Paraná, não estou falando da Prefeitura de Curitiba. O Deputado Nilso Sguarezi afirmou que uma telefonista do Banco do Estado não tem condições de exercer uma diretoria do Banco. E eu estou argumentando que a telefonista de hoje pode ser uma Bacharel em Direito, amanhã. Porque, eu não quero rejeitar e negar o meu passado. Que um simples funcionário de fábrica fez a sua universidade e chegou a esta Casa com uma votação crescente. Não nego o meu passado, me orgulho como acredito que qualquer funcionário humilde se orgulha do seu passado, menos os que têm arrogância e que têm vergonha do que foram.

O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado Airton Cordeiro, concordo perfeitamente que todos devem ter uma oportunidade. Mas, não é nesse seu governo que o povo vai ter oportunidade. O rico vai para a escola. O pobre nem pode ir para a escola. O ano passado nós tínhamos quinhentas mil crianças no Paraná, entre sete e quatorze anos, que não tinham escola para freqüentar.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Quero discutir o projeto, Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — O Senhor me caça o aparte, portanto, Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não, absolutamente. Só peço a Vossa Excelência que se restrinja ao projeto.

O Sr. Nestor Baptista — Estou me restringindo e dentro, inclusive, de sua argumentação.

Bom, não há nada, portanto, nobre Deputado, contra o funcionário do BANESTADO. Até pelo contrário, porque vários companheiros que aqui estão, obtiveram votações expressivas dentro do BANESTADO, ainda que pisoteados, fiscalizados, casados dentro do Banco, mas na hora de votar, o funcionalismo acabou demonstrando, e nós não temos nada contra os funcionários do BANESTADO. Queremos que todos tenham a possibilidade à Presidência do BANESTADO. E por que não? E para terminar nobre Deputado, já que estou me alongando e peço que me desculpe, mas Vossa Excelência diz que não há participação popular no Governo de José Richa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não afirmei isso. Vossa Excelência ouviu mal.

O Sr. Nestor Baptista — Ouvi muito bem, Deputado. Vossa Excelência dizia: onde é que está a participação popular?

O SR. AIRTON CORDEIRO — As notas taquigráficas aí estão para mostrar.

O Sr. Nestor Baptista — Apenas quero dizer que o Governador José Richa ainda não tomou posse, e um dos motivos, Deputado, que vai mostrar que a população vai participar, eu vou rapidamente demonstrar a Vossa Excelência. Acabou com pilantra e famigerado comando político, que não olhava cantineira, inspetora de grupo, diretora, professora, delegados. Se o delegado tivesse olho azul, e o Delegado gostasse de olho castanho, o Delegado era afastado da cidade.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agora o comando é muito colorido, não é isso?

O Sr. Nestor Baptista — Deputado Airton Cordeiro, os diretórios serão ouvidos, as entidades serão ouvidas, e volto a insistir para encerrar e agradecer esse aparte.

O seu partido vai ter uma grande decepção com José Richa, porque vai entrar na história do grande Governador que o Paraná já teve.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Só espero que a nossa decepção não seja a que Vossa Excelência esteja preconizando, porque aí é o Paraná quem vai perder.

O Sr. Deputado Mário Pereira — O Deputado Airton Cordeiro, permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pois não.

O Sr. Mário Pereira — Queria, inicialmente dizer que, acompanhando de longe, por ser este o meu primeiro mandato, pude verificar que o Deputado Airton Cordeiro, é um dos mais brilhantes Deputados desta Casa. E que tive oportunidade também, de acompanhar de perto um debate que Vossa Excelência participou em Cascavel na televisão da minha cidade, e vi o brilhantismo com que se portou naquele debate, na televisão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado.

O Sr. Mário Pereira — Esse projeto de sua autoria, eu vejo méritos no sentido de valorização dos funcionários do Banestado. Mas, permito-me aqui, fazer algumas colocações. O Estatuto do Banco do Estado diz que no mínimo um funcionário deverá ser Diretor. Portanto, não limita o número, podendo inclusive, todos os funcionários serem diretores do Banestado. E o seu discurso, que acompanhei com atenção, Vossa Excelência falou de que aqui se fala em corrupção e ninguém traz cobra. Quero, se me permite, mostrar um fato que me veio à memória com a presença aqui, do Deputado-agora, Deputado Federal

Renato Bueno que estava presente também naquela ocasião. Durante a eleição nós recebemos diversas denúncias de que gerentes do Banestado estavam fazendo campanha para candidatos do Governo. Mas, o fato mais chocante, nessa campanha para mim, foi uma visita do candidato a Senador, Álvaro Dias à Telepar de Cascavel, acompanhado do Deputado Federal Paulo Marques, do Deputado Estadual Tolentino, candidato a Prefeito, do Deputado Renato Bueno, candidato a Deputado Federal, e de vários outros candidatos, uma semana após ter sido a Telepar de Cascavel visitada pelo candidato cidadão comum, como eu, simples candidato a Deputado, Sr. Renato Johnson. A Telepar parou, e foi feita uma reunião com todos os funcionários e pedido voto para o Sr. Renato Johnson. Uma semana após, nós fomos até a Telepar com o Senador Álvaro Dias, e lá começamos, evidentemente, pelo andar de baixo até chegarmos na sala do superintendente, donde incrédulo, escutamos da parte do engenheiro meu colega de profissão, que não poderia ele permitir que lá permanecessem pessoas do PMDB, porque a Telepar estava interessada na eleição do Sr. Renato Johnson; que a Telepar estava empenhada na campanha do Sr. Renato Johnson, e portanto, não poderia ele permitir que outros candidatos de outro partido ali fizesse campanha. Portanto fiz esta colocação para demonstrar, nobre Deputado, que, o mais grave, não é estar no Estatuto do Banco do Estado que, no mínimo, um deva ser ou que a metade de funcionários deva ser.

Acho que, o que precisamos antes, garantir antes, dar a demonstração para os funcionários do Banestado, da Telepar, da Copel é que eles podem, daqui para frente, ter uma posição firme, mesmo que seja contra. Que tem que ser garantido para todos os funcionários, o direito de ser contra quem estiver no Governo.

Eu que sou contra patrulhamentos, posso dizer ao Deputado Airton Cordeiro que este patrulhamento eu quero fazer; que ninguém pode perseguir; que todo funcionário do Banestado, da Copel, de qualquer órgão do Governo, deverá ter a liberdade garantida, a liberdade de ser contra o Governo. Mas isto demandará alguns anos, para que os funcionários possam se sentir garantidos pela sua qualificação e seu zelo profissionais.

Por enquanto, aquele engenheiro meu colega, o chamei à parte e ele disse: "Mário, eu não posso, sou funcionário, não posso permitir que vocês aqui façam campanha, porque senão, perderei o emprego".

Portanto, isto é o fato, este é o quadro de hoje. Portanto, acho que é prematuro nós querermos, por lei, exigir que metade dos funcionários, ainda acudados por um regime que os fazia perder a segurança, nomeá-los diretores. Mas, tenha certeza, nobre Deputado, que, assim como no Banco do Brasil os funcionários, como disse o nobre Líder Nilso Sguarezi, ocupam os cargos de direção, com a política de garantia do direito de ser contra ou a favor, nós, em breve tempo, haveremos de ver os funcionários do Banestado nos cargos de direção, assumindo a Presidência, também, do Banestado.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria de lembrar a Vossa Excelência e aos Srs. Deputados que, num estado de direito, não existe nada que tenha poder maior do que a lei. E se nós podemos, se temos condições de consagrar em lei, direitos das pessoas, parece-me que seria até abusivo de nossa parte, como legisladores, impedir que esses princípios sejam consagrados em diplomas legais.

Nós não estamos aqui, simplesmente, para encaminhar requerimentos à Mesa, para fazer pronunciamentos de caráter político, institucional, para trazer denúncias.

Nós estamos aqui para legislar. Esta é a essência do Poder, Poder Legislativo.

Quando nós nos preocupamos com as prerrogativas que foram usurpadas do Poder Legislativo, queremos ampliar o nosso leque de atuação. E, quando podemos legislar em pro-

veito de uma categoria profissional, ao que tudo indica, nós nos recusamos, nós abdicamos desse direito.

Então, não entendo que tipo de democracia participativa é esta.

Mas, não vai demorar muito. O Paraná vai ter uma demonstração de como mudou o PMDB.

Srs. Deputados, há pouco mais de quatro anos, esta Casa votava a indicação do Prefeito Municipal de Curitiba e, unanimemente, numa fuga insólita, a bancada do Partido de Vossas Excelências retirou-se deste plenário e não votou a indicação do Prefeito de Curitiba. E eu pergunto: Vossas Excelências votarão daqui a alguns dias?

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Airton Cordeiro, eu não pretendia fazer uso da palavra, hoje, mas, pelo que pudemos ouvir dos ilustres Deputados que o apartearam, Deputados do PMDB, entendi que, todos os funcionários do Banco do Estado, que trabalharam para o PDS, foram sinônimos de corrupção; aliás, a palavra corrupto é a mais ouvida neste plenário, pelo que estou notando, neste pouco tempo em que aqui estou. E confesso aqui, de público que, na minha cidade, a Cidade de Apucarana, o Gerente do Banco do Estado do Paraná, Sr. Maurício, cujo sobrenome foge-me agora, trabalhou, desde o começo da campanha, para o PMDB. Eu era Vereador, Líder do Partido...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para o PMDB vale, não?

O Sr. Jorge Maia Filho — ... e era, também, membro do Dire-

tório; nunca o classifiquei de corrupto, nunca pedi o seu afastamento, sempre o considerei um cidadão que tinha o direito democrático de fazer política ao Partido que ele quisesse, porque, hoje, o nosso País nos dá esse direito. Nunca o chamei de corrupto. Nas vezes em que falaram em corrupção, assustou-me o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato, quando disse que, um cidadão, em uma cidade, deu um desfalque de doze milhões de cruzeiros, e foi acobertado então, pelo Sr. Norton Macedo e pelo Sr. Octávio Cesário. Muito me admira então, que o nobre Deputado não tome providências para que este cidadão seja punido e inclusive, os seus coniventes. Não vamos aqui, por serem colegas de bancada, tirar a culpa, de quem quer que seja. Senti e senti muito, quando o nobre Deputado que o aparteu, classificou quase todos os elementos do Banco do Estado, de "gatarada"! Acho que o respeito às pessoas deve ser dado em todas as horas, e em todos os lugares.

Dizia ontem - apenas também para complementar os apartes dados a Vossa Excelência, não querendo fugir do bojo do projeto - o ilustre futuro Governador José Richa, dizia em uma audiência a qual acompanhamos e achamos inclusive, que Sua Excelência foi, na sua teoria, muito feliz. Dizia que, não pode dar o reajuste semestral este ano, porque não foi ele quem elaborou o Orçamento. Ora! Nobre Deputado, talvez eu me engane, com os meus poucos conhecimentos, nesta Casa, mas, pelo que sei, um pouco de legislação, o futuro Governador poderá mandar uma suplementação de verba para esta Casa, e nós votaremos favoravelmente ao reajuste. Tenho certeza o que vou dizer agora não são palavras minhas, mas sim, palavras do futuro Governador, que foi bem claro, ontem, quando disse que, não vai ficar com a sua "poupança" que não é pequena, apenas sentado no Palácio Iguazu, e que vai sair por este Paraná para dar ao Paraná o direito que ele tem. Então, peço desde já ao futuro Governador que, incentive a todos os Srs. Deputados do PMDB, que façam auditorias em todos os órgãos públicos, para que os culposos sejam punidos. Todos, PMDB e PDS!

Muito obrigado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Airton Cordeiro, a nossa bancada está realmente gratificada nesta tarde, pelo retorno de

Vossa Excelência a esta tribuna onde, sempre que a ocupou, tratou de assuntos, inteligentemente, em favor do nosso Estado, do Estado que Vossa Excelência representa, de uma grande parcela da sua população.

Mas, Deputado Airtton Cordeiro, revolta-me quando ouço alguns apartes de Srs. Deputados que respeito acima de tudo, da Oposição hoje, e Situação amanhã. Como o caso do Deputado Mário Pereira, representantes eminente da minha região oeste paranaense, disse das pressões que o nosso Governo fazia a funcionários públicos, a funcionários da Telepar, do Banestado para que trabalhassem, apoiassem com toda a força o Partido Governista, o PDS que amanhã deixa o Governo do Estado.

Quero dar testemunho de que isto não aconteceu. Pode ter acontecido em casos esporádicos, isto é normal, isto é da convivência política do processo democrático de conversações, de pedir àqueles que nos auxiliavam em nos acompanhar durante uma eleição. É o caso do gerente de Matelândia, do Banco do Estado, cidade que fui bem votado pela segunda vez. O gerente do Banco apoiou um grande homem que hoje é Prefeito de Matelândia, que eu respeito pelo seu trabalho, pela sua dignidade e que haverá de ser um bom Prefeito. Não desejo o contrário à minha comunidade de Matelândia. Este gerente do Banco trabalhou abertamente para o Prefeito eleito do PMDB. Quantas vezes eu cheguei em Matelândia, ao descer dos palanques, ao assumir o microfone, levando a minha simples mensagem à minha gente e era-me dito que o gerente do Banco era contra mim. Eu nunca o persegui em desafio, a não ser, chegar ao lado deste gerente e dizer que a consciência dele é que manda; o destino do apoio dele a quem quisesse que ele escolhesse.

Mas temos tantos exemplos, Deputados, que eu não gostaria de trazê-los à baila todos ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permita-me Deputado, só um instante.

A própria composição do futuro Governo, nos seus diversos escalões, vai nos dizer que muitas pessoas que estavam ocupando cargos de confiança no Governo que se encerra, vão ser aproveitados pelo futuro Governador, por razões políticas, não é?

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas, Deputado Airtton Cordeiro, para terminar. Quando o Deputado Nestor Baptista disse que o Governador José Richa iria acabar com o comando político neste Estado, eu já tenho prova e testemunho de que não vai. Ele quer acabar. A maioria dos Deputados também o querem, mas há parcela de Deputados que não aceitam, e podemos trazer exemplos.

Na semana passada, houve uma eleição na Cidade de Céu Azul, onde também tive uma boa parcela de votos e a representação aqui na condição de opositorista e o atual diretor da escola, por ser Vereador do PDS, repito, Deputado, foi o mais votado numa lista tríplice, com vinte e dois votos, seguido por uma professora com quatro votos e uma outra com dois votos.

O que fez o então Prefeito, a quem respeito por ser uma figura inteligente e acredito será um prefeito dinâmico em favor daquela comunidade, sequer tomou conhecimento que um Vereador do PDS é o professor mais votado, naquela escola para continuar na direção, chamou então as duas professoras, uma representante de 4 votos e a outra de 2, e fez que ambas renunciassem o desejo de serem diretoras, porque ele teria um terceiro nome.

Vou trazer, Deputado Airtton Cordeiro, todas as perseguições que foram realizadas no meu município, na minha região, para que saibam o Paraná que falar bonito é uma coisa e que realizar obras, é outra. E queremos este Paraná cada vez melhor, e desejo felicidades ao Governador José Richa que

faça uma boa administração.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço Deputado Tércio Albuquerque.

E não há dúvida, Sr. Deputado, de que exemplos como esse que Vossa Excelência traz a esta Casa, ocorre já por este Paraná inteiro. Conheço um Prefeito do PMDB, eleito na última eleição, que fez críticas candentes a um ex-Prefeito do PDS por empreguismo de familiares, por favorecimento salariais e que, no entanto, adotou na sua prefeitura, isso tudo vai ser objeto de um debate oportuno, futuro de nossa parte, como seu primeiro ato, a nomeação de pessoas ligadas à sua família para as funções mais importantes da prefeitura municipal. E, como segundo ato, um aumento de cem por cento para os ocupantes de cargos comissionados, se esquecendo do funcionário mais humilde.

Isso tudo está acontecendo, Deputado Tércio, porque ninguém é dono da verdade, e, porque enquanto alguns querem uma democracia de uma mão só, nós para encontrarmos a democracia temos que entender e nos conscientizar, de que o pressuposto da democracia realmente é a controvérsia. Mas que na controvérsia, saía a verdade final, não a verdade ditada pelas versões, pelas denúncias ocas, sem conteúdo, pelas denúncias que não têm prova.

Enfim, por aqueles que pretendem, simplesmente, escandalizar o Paraná com afirmações que não têm nenhum fundamento. As que tiverem, não terão a nossa cobertura.

Concedo, pela ordem, o aparte ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência cometeu uma injustiça quando diz que o PMDB mudou, mudou a sua linguagem. O PMDB realmente mudou, mudou muita coisa neste País, Sr. Deputado.

Vossa Excelência indagava há pouco se o PMDB vai eleger um Prefeito indicado. Resposta afirmativa. Mas dos males, o menor. Nós tínhamos algum tempo esta Assembléia Legislativa reunida-se para confirmar um Governador biônico, um Prefeito biônico, o PMDB, através da sua longa luta, através do seu trabalho, através das denúncias, já melhorou. Vai amanhã, esta mesma Assembléia, este mesmo Plenário, vai dar posse a um Governador legítimo indicado pelo povo do Estado do Paraná, com o voto de cada um. E, nós haveremos de, nesta mudança que Vossa Excelência diz que está a ocorrer, nós haveremos de, se Deus quiser, pela última vez, vermos um Prefeito nomeado. E só dependemos, única e exclusivamente do PDS.

Oxalá, dependesse do PMDB, que bom seria, nós teríamos já eleições aqui na Capital, nós teríamos eleições já em Curitiba.

Disse ainda, Vossa Excelência, sobre o veto, e eu me pronunciei sobre o mesmo. Nós não podemos continuar de joelhos, o veto veio um dia desse para a casa do atual Governador, tachando em outras palavras esta Assembléia de uma Assembléia que não sabe legislar, porque ele mostrou um artigo dizendo que a lei havia sido votada errada. E foi na legislatura anterior, não foi na atual e nós tivemos que apoiar o veto do Governador. Nós não podemos cair nesta estupidez de votar esta matéria, inconstitucional como provou o Líder da Bancada do PMDB, para que venha outra vez o veto, para que o Governador, em outras palavras, diga que este Poder Legislativo não pode legislar porque não está sabendo legislar.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria de estender-me mais,

Sr. Presidente, mas, lamentavelmente, o tempo que me é concedido pelo Regimento já está, praticamente, esgotado. E quero aproveitar esses últimos segundos para dizer sucintamente, que em nome do meu partido, desagravo todos os fun-

cionários do Estado do Paraná pelas dúvidas ...
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em discussão o Projeto de Lei nº 110/82. Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado.**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência atende e solicita ao Sr. 1º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 39 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 28º aniversário de fundação da Associação dos Motoristas de Táxi do Aeroporto Salgado Filho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela realização da III Copa do Mundo de Futebol, iniciada no dia 12 do corrente mês, na Cidade de Ponta Grossa.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, com o apoio do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo envie esforços junto ao Ministério dos Transportes e ao Governo do Estado de São Paulo, visando a volta do trem de passageiros entre Maringá e São Paulo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo gestões no sentido de que o Estado construa uma ciclovía ligando Paissandu a Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador eleito, no sentido de que se digne a proceder a convocação dos Srs. Secretários da Educação, Planejamento e Finanças, com a finalidade especial de inteirar-se, discutir e propor soluções à crise gravíssima em que se debate a Fundação Universidade Estadual de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, solicitando, na forma regimental, a prorrogação da presente sessão para mais uma (1) hora.— Em votação.— **Aprovado.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Colegiado de Vice-Líderes da Bancada.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Parlamentar de ambas as bancadas, para representar esta Assembléia Legislativa na instalação da Feira Exposição Agropecuária e Industrial, em Santo Antônio da Platina. A comissão deverá ser composta de cinco (5) Membros.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Solicito às Lideranças que procedam a indicação dos Membros que irão compor a Comissão, objeto do requerimento acima aprovado.

Requerimento de autoria da Senhora Deputado Amélia de Almeida Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, a fim de que os mesmos liberem com a máxima urgência, as verbas dos PROSAFRAS, aos municípios do Estado, referente ao corrente exercício.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade da construção do acesso que liga a BR-369 à sede do Município de Ubatã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição, nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "As Burras Públicas no Governo Hosken".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.
(O Editorial acha-se publicado no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.— (Declina).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei nºs 88 e 96/82.

Marcando ainda, uma outra sessão para sexta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei nºs 97 e 131/82.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE MARÇO DE 1983.

AS BURRAS PÚBLICAS NO GOVERNO HOSKEN

Acontecem coisas insólitas no Paraná. Tão estranhas quanto, verdadeiramente, maravilhosas, se nos confrontarmos com o contexto político-econômico brasileiro.

O Sr. José Hosken de Novaes convidou todos os credores para que apresentassem seus pleitos financeiros aos guichês públicos. Com seu ar mineiro e udenista - cauto quando se fala em dinheiro e com aquela consciência de probidade que tantos homens desse extinto partido tinham em relação aos bens do povo - o Governador que se está afastando do poder foi claro, explícito, direto. Não precisa haver correria de espécie alguma. No Paraná, na administração desse intelectual e professor de Direito, as coisas foram feitas com parcimônia, prudência, sobriedade. O Estado tem condições, pelas suas burras, de pagar, tintim por tintim, o que comprou e o que contratou. Funcionalismo, rigorosamente, em dia. Se existem dívidas, todas estão num rigoroso cronograma, com juros que, certamente, foram discutidos por outras administrações. Se contraídas no governo Hosken de Novaes, temos a certeza de que os juros devem ter sido discutidos ao estilo mineiro ...

Ademais, há uma enorme safra de algodão, com preços interessantes no mercado, afora as pouco mais de cinco milhões de sacas de café desta que nos recoloca - embora no 4.º lugar entre os Estados cafeeiros - nos caminhos preeminentes das estatísticas desse nobre produto agrícola do País.

Com gestos que se traduzem nesse convite a que os credores cheguem às repartições pagadoras do Paraná, Hosken de Novaes dá uma penúltima pincelada no perfil do seu "estilo de governo", que malfadadamente só nos deu 9 meses de sua presença no Iguacu. Mesmo em sua serenidade de homem culto, esse mineiro tão paranaense deixará o poder com um toque de nostalgia. Nostalgia e até, possivelmente, de frustração, por não ter condições de mais meses ou quicá de anos para deixar, melhor definida, a sua marca pessoal de exercitar a arte de conduzir situações e, principalmente, homens.

Se num final de mandato um governador convida os credores do Estado a virem receber o que têm direito, o fato é tanto mais insólito quando se observa que tal realidade é inusitada diante da situação de outras unidades da Federação. E da própria Federação, também, que tem uma dívida interna da ordem de nove trilhões de cruzeiros. O perfil do quadro brasileiro e em outras células da Nação é, profundamente, preocupante e as notícias que nos chegam são, economicamente, inquietantes sempre. Ora, esse sobressalto, que é permanente, açula mais ainda os políticos, que se supersensibilizam, caminhando para atingir níveis que beiram, muitas vezes, ao radicalismo, já que todos desejam, até ferozmente em algumas personalidades, a implantação de soluções para que a realidade econômico-financeira não seja tão navalhante. Tudo isto expressa, no campo político, toques de exasperação, havendo muitas correntes em busca do poder para implantar as suas verdades, que possam ser balsâmicas em relação às dores econômicas do povo. O movimento em direção ao poder, que é uma constante no homem, agudiza-se sob a pressão das idéias dos grupos partidários, cada um na consciência de que seus caminhos programáticos, com as linhas de suas verdades, são os melhores. Nesse caldo, em ebulição política que nos caracteriza democraticamente pela necessária existência de divergências, muitos se esquecem das 4 formas que Maquiavél preconiza como vias para a conquista do mando. Isto pode ser feito pelo consentimento dos cidadãos, pela violência, pela fortuna (usando-se a corrupção) e pela "virtu". O mestre de Florença entende a "virtu" como a síntese da coragem, valor, capacidade, eficiência política, capacidade de dominar os eventos e de alcançar um fim objetivo por qualquer meio. E aí se encaixa a frase que lhe deu fama ... e infâmia: "Penso que depende da crueldade, bem ou mal empregada, ... o êxito... político", que alguns politicóides expressam, restaqueramente, num conceito vulgar de que o êxito, na busca ao poder, justifica os meios.

O Sr. José Hosken de Novaes que, em horas, termina seu mandato, sabe - intelectual que é - que são os homens de pensamento que fornecem as idéias para os políticos. Estes as usam para buscar o mando, que é ... uma profunda falácia. Ou, como Erich Fromm consagra no seu "O Medo à Liberdade", o poder é uma das maiores conquistas engendradas pelo homem, porém, das suas maiores ilusões, inclusive, pela sua transitoriedade. Quem o conquista dele é, fatalmente, afastado. Colucio Salutati, no final do século XV, no seu "Tractatus de Tyranno", acen-tuava, ao lado da característica do "principatus despoticus", a tragédia de que, em regra, morria em sangue. Aí a origem do conceito de que os tiranos morrem na ponta dos punhais.

O Governador José Hosken de Novaes, que retorna à cátedra de Direito, em Londrina, voltará a ser o professor,

continuando a ser o intelectual que prima em enaltecer os valores verticais da ética e da moral. As burras públicas estão em condições de atender ao que o Estado se compromissou. Mais que um traço de mineiridade, o Governador que se está despedindo dá-nos exemplos de sua "virtu", do seu equilíbrio no exercício do poder, por ele não se empolgando, mas dele consciente de que é uma fonte criada pelo homem para servir ao homem. O resto é a pompa, que acarinha a vaidade, traço menor dos que, pequenos, têm nisso um objetivo de existência.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 151/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — exonerar VALDICIR NASSAR, matrícula nº 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Analista de Sistema.

II — prover ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, matrícula nº 373, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Analista de Sistema, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 1387)

Palácio "XIX de Dezembro", em 28 de fevereiro de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 152/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 185/79, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, o funcionário RENE VASCO GARCIA, matrícula nº 429, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Divisão de Regime Legal, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

III — designar VALDICIR NASSAR, matrícula nº 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 1462).

Palácio "XIX de Dezembro", em 11 de fevereiro de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 154/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 292/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Expediente e Documentação do Serviço de Assistência Social, a funcionária MARIA MENEGUSSO, matrícula nº 562, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — designar GENI CARNEIRO, matrícula nº 284, MARIA MENEGUSSO, matrícula nº 562, CELI EUGLÉA GALLIANO, matrícula nº 415, todas funcionárias do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções de Assessoras de Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

III — designar ALCEU ALVES PASSOS, matrícula nº 112, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 1109).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 155/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 351/79, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria, o funcionário HONORINO LUIZ COLLA, matrícula nº 505, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 390/80, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria, a funcionária NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula nº 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

III — revogar o Decreto Legislativo nº 264/81, item II, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria, o funcionário ALCEU WALTER NIDZ-WIEDZ, matrícula nº 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

IV — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 330/81, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2a. Secretaria, a funcionária LIDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 1152).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 156/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 329/81, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2a. Secretaria, o funcionário LÁZARO DA SILVA, matrícula nº 521, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — revogar o item I, do Decreto Legislativo nº 088/82, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2a. Secretaria, a funcionária HONÓRIA MARTINS SILVEIRA DO VALE, matrícula nº 201, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

III — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 133/81, que atribuiu ao funcionário ERNESTO PERACETTA, matrícula nº 548, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a função Gratificada símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Secretaria.

IV — revogar o Decreto Legislativo nº 107/81, que atribuiu ao funcionário ORLANDO SABOTTO, matrícula nº 591, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Secretaria.

(Protoc. nº 1152).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 157/83

I — prover HÉLIO MANFRINATO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1542).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 158/83

I — prover EVANESA LUZIA RAME MYLLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1348).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 159/83

I — prover ALTAMIR JOSÉ NARCISO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rubens Bueno; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1489)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 160/83

I — prover JODICLEY GERSON SCHINEMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1434).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 161/83

revogar o item III, do Decreto Legislativo nº 263/80, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2a. Secretaria, a funcionária IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula nº 207, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 1138).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 162/83

I — exonerar ARTUR OSCAR CORREIA BRAGA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador Geral do Serviço de Segurança deste Poder, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo nº 037/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar JOSÉ ARY NASSIFF, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe do Serviço de Segurança, ficando revogado o item III, do Decreto Legislativo nº 136/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário.

III — prover o mencionado funcionário, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador Geral do Serviço de Segurança deste Poder; e,

IV — autorizar o já citado funcionário a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 163/83

I — exonerar AFONSO BENEVENUTO SANVIDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo nº 87/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe do Serviço de Segurança; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176 inciso I, da Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164/83

I — revogar o item IV, do Decreto Legislativo nº 117/81, de 03 de abril de 1981, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 1-F, aos componentes da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações-CAJL, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, DARCI ANTÔNIO BUDEL, DURVAL DAROS, ALBERTO SAVOIA ASSEF e ZENO PACIORNIK, todos do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — atribuir aos funcionários componentes da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL, SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCIO, REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, ZENO PACIORNIK, JONAS ZAMPIER e ANTONIO GULBINO, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada símbolo 1-F, de acordo com o que dispõe o Art. 25, do Decreto Legislativo nº 187/80.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165/83

conceder a JACYRA MACHADO BINI, matrícula nº 208, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, nos termos do Art. 247, § único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1977 e igual data de 1982. (Protoc. nº 1498/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166/83

designar ALCEU WALTER NIDZWIEDZ, matrícula nº 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PMDB, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 1674).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 313/81, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, o funcionário JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, matrícula nº 351, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o citado servidor, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Operação, do Sistema de Processamento de Dados e Telex, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. nº 1427).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168/83

I — revogar o item III, do Decreto Legislativo nº 374/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Redação e Debates, do Departamento Legislativo, a funcionária EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, matrícula nº 374, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar a mencionada funcionária para exercer as funções de Chefe da Seção de Expediente e Documentação, do

Serviço de Assistência Social, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. nº 1428).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 169/83

I — prover PAULO WALDEZ QUINTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Caíto Quintana; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1595).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 217/82, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PDS, o funcionário HILTON RONALD ALICE, matrícula nº 044, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — revogar o Decreto Legislativo nº 292/81, na parte que se refere ao funcionário ANTONIO CARLOS DANTAS, matrícula nº 304, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle de Dotações, do Departamento de Finanças; e,

III — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PDS, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 1034).

Palácio "XIX de Dezembro", em 11 de março de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 095/83

constituir Comissão de Apuração, nos termos do Art. 103, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, integrada pelos funcionários JOSÉ RENATO DUARTE, Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa, MANOEL AGUIAR FILHO, Diretor do Departamento Administrativo e ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, sob a Presidência do primeiro, para tratar do assunto referente ao protocolado nº 1740/83.

(Protoc. nº 1740).

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA

DIRETOR GERAL